

DIREITO ELEITORAL
QUESTÕES DIREITOS POLÍTICOS

PROF. RAPHAEL MAIA

1 (VUNESP Órgão: TJ-RJ Prova: Juiz Substituto/2014) A respeito das condições de elegibilidade, é correto afirmar que

- a) as condições de elegibilidade devem ser aferidas no momento da formalização do pedido de registro da candidatura, ressalvados os prazos mínimos de alistamento, domicílio eleitoral e filiação partidária, apurados no dia do pleito, e idade mínima apurada no momento da posse.
- b) o brasileiro pode concorrer às eleições na circunscrição eleitoral em que for domiciliado, desde que comprovado esse domicílio pelo menos até a data do fechamento do cadastro eleitoral.
- c) o cidadão nacional deve ter, no mínimo, 18 anos para concorrer aos cargos de Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital.
- d) os Magistrados, representantes do Ministério Público e membros de Tribunais de Contas podem concorrer às eleições, desde que tenham o deferimento de sua filiação a um partido político há pelo menos um ano antes do pleito e se desincompatibilizem de suas funções.

2 (VUNESP Órgão: TJ-RJ Prova: Juiz Substituto/2014) É correto afirmar que

- a) são inelegíveis os que forem condenados, em decisão transitada em julgado pela Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de seis anos a contar da eleição.
- b) para caracterização da captação ilícita de sufrágio é desnecessário o pedido explícito de votos, bastando a evidência do dolo consistente no especial fim de agir.
- c) o Corregedor Regional Eleitoral é o competente para apreciar as ações de investigação judicial eleitoral por abuso do poder econômico ou político, em detrimento da liberdade do voto, tanto nas eleições municipais como nas gerais.
- d) o recurso impetrado contra decisões terminativas de ação de investigação judicial eleitoral será recebido nos efeitos suspensivo e devolutivo pelo juízo de origem.

3 (CESPE Órgão: Câmara dos Deputados Prova: Analista Legislativo/2014) Julgue os itens subsequentes, relativos aos direitos políticos.

O instituto da reeleição se aplica aos cargos de presidente da República, de governador de estado, de governador do Distrito Federal e de prefeito.

- a) Certo
- b) Errado

4 (CESPE Órgão: MPE-AC Prova: Promotor de Justiça/2014) Assinale a opção correta acerca dos princípios constitucionais relativos aos direitos políticos

- a) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos, os maiores de sessenta e cinco anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos de idade.
- b) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes no Brasil por período superior a quinze anos ininterruptos e sem condenação penal
- c) O pleno exercício dos direitos políticos e o domicílio eleitoral na circunscrição pelo prazo mínimo de um ano antes do registro da candidatura são condições de elegibilidade
- d) O militar alistável é elegível e, contando menos de dez anos de serviço, deve ser agregado pela autoridade superior; se eleito, passará, automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.
- e) A soberania popular é exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.

5 (VUNESP Órgão: TJ-SP Prova: Juiz/2013) O prazo de desincompatibilização dos Magistrados e membros do Tribunal de Contas, por estarem submetidos à vedação constitucional de filiação partidária,

- a) depende de alteração do texto constitucional, para que sejam dispensados do prazo de filiação partidária.
- b) depende de alteração da Lei Orgânica da Magistratura, para que sejam dispensados do prazo de filiação partidária.
- c) é de seis meses antes das eleições, dispensados do prazo de filiação partidária fixado em lei ordinária.
- d) é de três meses antes das eleições, dispensados do prazo de filiação partidária fixado em lei ordinária.

6 (CESPE Órgão: MPE-RO Prova: Promotor de Justiça/2013) Assinale a opção correta acerca das condições de elegibilidade, inelegibilidade e incompatibilidades.

- a) É inelegível para qualquer cargo estadual o cônjuge de prefeito municipal, salvo se já for titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- b) É inelegível o vereador que renunciar ao mandato após o oferecimento de representação da qual possa resultar a abertura de processo por infringência a dispositivo da Lei Orgânica do Município, ainda que ele renuncie para atender a desincompatibilização com vistas à candidatura a cargo eletivo.
- c) A hipótese de cancelamento da inscrição profissional do candidato pelo órgão profissional competente, em decisão sancionatória ao cometimento de infração ético-profissional, se não houver provimento judicial suspendendo ou anulando esse ato, configura inelegibilidade.
- d) Presentes os requisitos próprios para fins de registro de candidatura, a justiça eleitoral pode suspender os efeitos do ato de aposentadoria de magistrado aposentado compulsoriamente por decisão sancionatória, afastando, assim, a inelegibilidade.

e) Titular de secretaria do governo do Distrito Federal que desejar concorrer ao cargo de prefeito municipal deverá afastar-se da secretaria até quatro meses antes do pleito, sob pena de inelegibilidade

7 (VUNESP Órgão: MPE-ES Prova: Promotor de Justiça/2013) Com relação às condições de elegibilidade, pode-se afirmar:

a) o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na circunscrição que pretende concorrer a determinado cargo eletivo pelo prazo mínimo de seis meses antes do pleito e deve estar com filiação partidária deferida pelo partido e devidamente comunicada à Justiça Eleitoral no mesmo prazo.

b) a idade mínima exigida constitucionalmente para concorrer a determinado cargo eletivo deve ser verificada na data da diplomação.

c) a idade mínima para que o nacional possa concorrer a um cargo eletivo é de 35 anos para Presidente, Vice-presidente da República e Senador; 30 anos para Governador e Vice-governador de Estado e do Distrito Federal; 21 anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-prefeito e Juiz de Paz, e de 18 anos para Vereador.

d) a idade mínima exigida constitucionalmente para concorrer a determinado cargo eletivo deve ser verificada na data do registro.

e) o militar alistável pode ser elegível desde que se afaste da atividade, se contar com mais de dez anos de serviço, ou agregue-se pela autoridade superior, se contar com menos de dez anos de serviço, passando automática- mente para a inatividade no ato da posse, se eleito.

8 (VUNESP Órgão: MPE-ES Prova: Promotor de Justiça) São inelegíveis:

a) a pessoa física que realizou doação de 10% de seu rendimento bruto auferido no ano da disputa eleitoral ou os dirigentes da pessoa jurídica que efetivou doação de 2% do faturamento bruto auferido no ano das eleições, mediante constatação em prestação de contas de campanha do partido, coligação ou candidato

b) os que forem excluídos ou suspensos pelo prazo de 01 ano do exercício da profissão, mediante decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético profissional, pelo prazo de 08 anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário.

c) os candidatos condenados por decisão de órgão colegiado da Justiça Eleitoral, transitada em julgado ou não, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 08 anos a contar da eleição

d) os condenados criminalmente com trânsito em julgado, desde a condenação até o transcurso de 08 anos após o cumprimento da pena de crimes de tráfico de entorpecentes e drogas afins, quadrilha ou bando, administração pública, contra o meio ambiente e saúde pública, sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência, de lavagens ou ocultação de bens, direitos e valores.

e) os Delegados de Polícia, ainda que com exercício em outra circunscrição do pleito, que não se desincompatibilizarem dentro de 06 meses anteriores ao pleito para se candidatarem aos cargos de Prefeito e Vice-prefeito.

9 (TJ-SC Órgão: TJ-SC Prova: Juiz/2013) A respeito das seguintes proposições, assinale a alternativa correta:

I. Rejeição de contas de prefeito municipal pelo Tribunal de Contas do Estado como ordenador de despesa é bastante para atrair-lhe a inelegibilidade, sendo irrelevante a eventual aprovação das mesmas contas pela Câmara de Vereadores.

II. Reconhecida pela Justiça Comum a prática de ato de improbidade administrativa, não cabe à Justiça Eleitoral analisar a insanabilidade do ato para fins de inelegibilidade.

III. Tratando-se de disponibilização de verba federal, por convênio com a União, a rejeição de contas de prefeito pelo Tribunal de Contas da União implica na inelegibilidade.

IV. É inelegível o sócio administrador de sociedade empresária de direito privado que mantém contrato de fornecimento de serviços com o poder público, submetido a cláusulas uniformes, e não tenha se desincompatibilizado no prazo de lei.

- a) Somente as proposições I e II estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente a proposição III está correta.
- d) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

10 (TJ-SC Órgão: TJ-SC Prova: Juiz/2013) Assinale a alternativa correta:

a) As alterações fáticas ou jurídicas, supervenientes ao pedido de registro de candidatura, serão consideradas apenas em relação às condições de elegibilidade, mas não às causas de inelegibilidade.

b) A efetiva restauração do bem, após notificação, em relação à propaganda eleitoral irregular realizada em bens que pertençam ao Poder Público ou de cuja permissão ou cessão dependam, impede a aplicação da multa.

c) Têm legitimidade ativa para a representação por arrecadação e gastos ilícitos de campanha (artigo 30-A da Lei Eleitoral) os partidos, coligações, Ministério Público e candidatos, e são legitimados passivos tanto candidatos quanto não candidatos.

d) Para que se configure a desincompatibilização não basta o mero afastamento de fato das funções, sendo indispensável o documento público, formal, de licença ou exoneração.

e) A condenação transitada em julgado, ou proferida por órgão colegiado, por conduta vedada aos agentes públicos em campanha, atrai inevitavelmente a inelegibilidade, em decorrência da alteração havida na Lei de Inelegibilidades pela chamada “Lei da Ficha Limpa”.

11 (CESPE Órgão: TJ-MA Prova: Juiz/2013) Considerando os casos de inelegibilidade previstos em lei, assinale a opção correta.

a) A jurisprudência do TSE veda a candidatura de pai e filho, em uma mesma chapa, para os cargos de prefeito e vice-prefeito, por tal situação configurar nepotismo.

- b) Secretário da administração estadual não está obrigado a afastar-se de seu cargo para candidatar-se a cargo eletivo em âmbito federal.
- c) Governador de estado pode manter-se no cargo para candidatar-se à reeleição.
- d) Considere que Maria mantenha um relacionamento homo afetivo com a atual prefeita do município X. Nessa situação, a companheira da prefeita poderá candidatar-se a cargo eletivo nesse município.

12 (CESPE Órgão: TJ-MA Prova: Juiz/2013) Com relação aos tipos de voto e seus efeitos, assinale a opção correta.

- a) É nula a eleição para prefeito em que a votação obtida pelos candidatos cujos votos foram anulados pela justiça eleitoral seja igual a mais da metade dos votos do município.
- b) Os votos nulos assinalados pelos eleitores podem acarretar a nulidade de uma eleição.
- c) Tratando-se de eleições proporcionais, o voto em branco é computado como válido para o cálculo do quociente eleitoral.
- d) O candidato cujo registro tenha sido impugnado em razão de compra de votos poderá requerer a anulação do pleito a que concorria.

13 (MPE-SC Órgão: MPE-SC Prova: Promotor de Justiça/2013) De acordo com a Lei Complementar 64/1990, caberá a qualquer candidato, a partido político, coligação ou ao Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação do pedido de registro de candidato, impugná-lo em petição fundamentada.

- a) Certo
- b) Errado

14 (MPE-SC Órgão: MPE-SC Prova: Promotor de Justiça) De acordo com a Lei Complementar 135/2010, a inelegibilidade decorrente de condenação, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; contra o meio ambiente e a saúde pública; eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública; de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos; de redução à condição análoga à de escravo; contra a vida e a dignidade sexual; e praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando; não se aplica aos crimes culposos e àqueles definidos em lei como de menor potencial ofensivo, nem aos crimes de ação penal privada.

- a) Certo
- b) Errado

a) I, II e III;

b) I, II e V;

c) II, III e IV;

d) II, IV e V;

e) III, IV e V

18 (MPE-PR Órgão: MPE-PR Prova: Promotor de Justiça/2012) Sobre elegibilidade, inelegibilidade e ações judiciais eleitorais, assinale a alternativa correta:

a) São inelegíveis a qualquer cargo os que forem condenados por prática, dentre outros, de crimes de ação penal privada, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena;

b) De acordo com a Lei Complementar 135/10 (Lei da Ficha Limpa), os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por prática de crimes contra a saúde pública, não sofrem restrições à elegibilidade;

c) A arguição de inelegibilidade de candidatos ao cargo de Deputado Estadual deverá ser feita perante o Tribunal Regional Eleitoral, e de candidatos ao cargo de Deputado Federal, deverá ser feita perante o Tribunal Superior Eleitoral;

d) A ação de investigação judicial eleitoral poderá ser utilizada para apurar condutas vedadas a agentes públicos em campanha eleitoral, mas não poderá ser manejada para apurar captação ilícita de sufrágio, prevista no art. 41-A da Lei 9.504/97 (Lei das Eleições);

e) A ação de impugnação de mandato eletivo possui previsão na Constituição Federal, o recurso contra a diplomação possui previsão na Lei 4.737/65 (Código Eleitoral) e a ação de investigação judicial eleitoral possui previsão na Lei Complementar 064/90 (Lei das Inelegibilidades).

19 (MPE-PR Órgão: MPE-PR Prova: Promotor de Justiça/2012) Sobre elegibilidade, inelegibilidade e ações judiciais eleitorais, assinale a alternativa correta:

a) São inelegíveis a qualquer cargo os que forem condenados por prática, dentre outros, de crimes de ação penal privada, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena;

b) De acordo com a Lei Complementar 135/10 (Lei da Ficha Limpa), os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por prática de crimes contra a saúde pública, não sofrem restrições à elegibilidade;

c) A arguição de inelegibilidade de candidatos ao cargo de Deputado Estadual deverá ser feita perante o Tribunal Regional Eleitoral, e de candidatos ao cargo de Deputado Federal, deverá ser feita perante o Tribunal Superior Eleitoral;

d) A ação de investigação judicial eleitoral poderá ser utilizada para apurar condutas vedadas a agentes públicos em campanha eleitoral, mas não poderá ser manejada para apurar captação ilícita de sufrágio, prevista no art. 41-A da Lei 9.504/97 (Lei das Eleições);

e) A ação de impugnação de mandato eletivo possui previsão na Constituição Federal, o recurso contra a diplomação possui previsão na Lei 4.737/65 (Código Eleitoral) e a ação de investigação judicial eleitoral possui previsão na Lei Complementar 064/90 (Lei das Inelegibilidades).

20 (TJ-DFT Órgão: TJ-DF Prova: Juiz/2012) No regime da Lei Complementar nº 64/90, com as alterações determinadas pela Lei Complementar nº 135/10, doutrinariamente denominada “Lei da Ficha Limpa”, são inelegíveis

- a) Os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelo crime de homicídio culposo;
- b) Os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;
- c) Pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da eleição, os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais mesmo que não impliquem cassação do registro ou do diploma;
- d) Os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato culposo de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão.

21 (OFFICIUM Órgão: TJ-RS Prova: Juiz/2012) Considere as assertivas abaixo.

I - Com base no teor da Lei Complementar no 64/1990, as investigações judiciais que apurarem transgressões pertinentes à origem de valores pecuniários, abuso de poder econômico ou político serão realizadas, nas eleições nacionais e municipais, pelo Corregedor-Geral e pelos Corregedores Regionais Eleitorais.

II - As inelegibilidades eleitorais estão previstas na Constituição Federal bem como na Lei Complementar no 64/1990.

III - Na investigação judicial prevista na Lei no 9.504/1997 (Lei das Eleições) para apurar eventuais irregularidades na arrecadação e nos gastos de recursos, o procedimento adotado é o da Lei Complementar no 64/1990.

Quais são corretas?

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) Apenas III
- d) Apenas II e III
- e) I, II e III

22 (FCC Órgão: MPE-AL Prova: Promotor de Justiça/2012) A respeito das inelegibilidades e das impugnações ao registro de candidaturas, é correto afirmar:

- a) Inclui-se dentre as condições de inelegibilidade previstas na Constituição Federal brasileira a idade mínima de vinte e um anos para Governador e Vice- Governador de Estado e do Distrito Federal.
- b) O conhecimento e a decisão das arguições de inelegibilidade do Presidente e do Vice-Presidente da República inserem-se na competência originária do Supremo Tribunal Federal.
- c) O prazo para impugnação ao registro de candidatura é de cinco dias para qualquer candidato, partido político ou coligação e de dez dias para o Ministério Público, contados da publicação do pedido.

d) O Vice-Presidente, o Vice-Governador e o Vice-Prefeito poderão candidatar-se a outros cargos, preservando os seus mandatos respectivos, mesmo que, nos últimos seis meses anteriores ao pleito, tenham sucedido ou substituído o titular.

e) São inelegíveis para o Senado Federal, até seis meses depois de afastados definitivamente de seus cargos e funções, os Secretários de Estado.

23 (CESPE Órgão: MPE-RR Prova: Promotor de Justiça/2012) Considerando a disciplina constitucional e complementar de elegibilidade e inelegibilidades, assinale a opção correta.

a) O condenado por calúnia e difamação permanece inelegível pelo prazo de oito anos.

b) Advogado excluído, pela OAB, do exercício da profissão, por infração ético-profissional, é inelegível pelo prazo de oito anos.

c) A Lei da Ficha Limpa admite a candidatura de pessoa condenada por crime contra a administração pública, desde que o acórdão respectivo penda de recurso.

d) É elegível o militar conscrito, desde que ele se afaste da atividade.

e) Ocupante do cargo de prefeito pode ser candidato a deputado estadual sem se afastar do exercício do cargo.

24 (VUNESP Órgão: TJ-RJ Prova: Juiz/2012) Em matéria das inelegibilidades, indique a assertiva correta.

a) A competência para apreciar o reconhecimento de inelegibilidade em eleição municipal é do Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral, que poderá designar Juízes Eleitorais para auxiliar no processamento dos feitos.

b) Segundo a atual redação do artigo 1.º, I, “I” da Lei Complementar n.º 64/90, o prazo de oito anos da inelegibilidade decorrente da prática de improbidade administrativa dolosa, causadora de lesão ao erário e enriquecimento ilícito, conta-se do início do cumprimento da pena de suspensão dos direitos políticos, cominada na esfera cível.

c) No processo de pedido de registro do candidato, o órgão jurisdicional poderá indeferi-lo, sob fundamento da incidência de causa legal de inelegibilidade, ainda que não tenha havido impugnação do Ministério Público ou dos demais legitimados.

d) A inelegibilidade não pode ter como causa decisão sancionatória de cunho meramente administrativo.

25 (FCC Órgão: MPE-AP Prova: Analista Ministerial – Direito/2012) Considere as situações hipotéticas abaixo.

I. Bruno é irmão adotivo do Governador do Estado do Amapá.

II. Débora é sobrinha do Presidente da República.

III. Fabiana é cunhada do Prefeito da cidade de Macapá.

IV. Simone é prima do Presidente da República.

De acordo com a Constituição Federal brasileira, são, em regra, inelegíveis no território de jurisdição do titular APENAS

- a) Bruno e Simone.
- b) Bruno, Fabiana e Débora.
- c) Fabiana e Débora.
- d) Débora, Fabiana e Simone.
- e) Bruno e Fabiana

26 (CESPE Órgão: TRE-RJ Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2012) Os analfabetos, mesmo aqueles que se tenham alistado, são inelegíveis para qualquer cargo.

- a) Certo
- b) Errado

27 (CESPE Órgão: TRE-RJ Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2012) Uma das condições de elegibilidade previstas pela CF é a filiação partidária, requisito esse que estará devidamente preenchido caso o candidato seja filiado a mais de um partido político.

- a) Certo
- b) Errado

28 (CESPE Órgão: TRE-RJ Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2012) Nenhum membro de mesa receptora poderá ser preso durante o exercício de suas funções, salvo em flagrante delito, garantia essa que se estende, em iguais condições, a fiscal de partido político.

- a) Certo
- b) Errado

29 (CESPE Órgão: TRE-RJ Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2012) A suspensão ou perda de direitos políticos não dá causa ao cancelamento do alistamento eleitoral.

- a) Certo
- b) Errado

30 (CESPE Órgão: MPE-PI Prova: Promotor de Justiça/2012) Assinale a opção correta acerca dos princípios constitucionais e legais relativos aos direitos políticos, à nacionalidade, à elegibilidade e à inelegibilidade.

a) Desde que haja reciprocidade, a lei brasileira atribui a pessoas originárias de países de língua portuguesa com residência permanente no Brasil, independentemente de naturalização, os direitos inerentes ao brasileiro, inclusive o gozo dos direitos políticos, salvo a ocupação de cargo privativo de brasileiro nato.

b) Diferentemente do prefeito, que, para concorrer a outro cargo sem incidir em inelegibilidade, deve renunciar ao mandato no prazo legal, o vice-prefeito que, nos últimos doze meses anteriores ao pleito, não tenha substituído nem sucedido o titular poderá candidatar-se a outro cargo, preservando o mandato.

c) A cassação dos direitos políticos do brasileiro que adquirir outra nacionalidade por reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira só ocorrerá após a declaração da perda da nacionalidade brasileira por sentença judicial transitada em julgado.

d) No caso de cometimento de ato de improbidade administrativa, a suspensão dos direitos políticos ocorre automaticamente na forma e gradação previstas em lei, não havendo necessidade de ser expressamente declarada na sentença condenatória.

e) Considere que tenha sido declarada a dissolução do vínculo conjugal de João com Márcia, prefeita de um município brasileiro, no curso do mandato da prefeita. Nesse caso, João não seria inelegível para o cargo de vereador em município criado por desmembramento do município em que Márcia é prefeita.

31 (TJ-PR Órgão: TJ-MS Prova: Juiz/2012) Considere as assertivas a seguir que dizem respeito ao exercício dos direitos políticos e às condições de elegibilidade.

I. Os eleitores que sofreram uma condenação criminal transitada em julgado têm os direitos políticos suspensos e, enquanto durarem os efeitos, não poderão votar nem serem votados.

II. Os eleitores que forem condenados por alguns crimes arrolados no artigo 1º, I, “e”, da Lei Complementar nº 64/1990, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, ficarão inelegíveis desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena. Neste período, o eleitor poderá votar após o cumprimento da suspensão dos direitos políticos, mas não poderá ser votado.

III. Os conscritos, durante o período do serviço militar obrigatório, são inalistáveis e os militares de carreira (praças e oficiais) são alistáveis, embora ambos sejam inelegíveis.

IV. A justiça de paz, remunerada, é composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas na legislação. Uma das condições de elegibilidade para postular o cargo de juiz de paz é a idade mínima de vinte e um anos.

V. O domicílio eleitoral na circunscrição é uma das condições de elegibilidade e é definido como o lugar onde o eleitor estabelece a sua residência com ânimo definitivo, conforme interpretação analógica do Código Civil, em razão de ausência de disposição específica da legislação eleitoral.

Está(ão) CORRETA(S):

a) Apenas as assertivas I, II, III e IV.

b) Apenas as assertivas I, II, III e V.

c) Apenas as assertivas II, III e V.

d) Apenas as assertivas I, II e IV.

e) Apenas as assertivas III, IV e V.

32 (TJ-PR Órgão: TJ-MS Prova: Juiz/2012) Considere as assertivas a seguir que dizem respeito às garantias eleitorais.

I. Um eleitor com sentença condenatória por crime inafiançável pode ser preso ou detido, desde 5 (cinco) dias antes e até 48 (quarenta e oito) horas depois do encerramento da eleição, apenas se decisão tiver o trânsito em julgado.

II. A prisão pelo crime de "boca de urna" tem sido relaxada e considerada ilícita pela jurisprudência do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul, uma vez que nenhuma autoridade poderá, desde 5 (cinco) dias antes e até 48 (quarenta e oito) horas depois do encerramento da eleição, prender ou deter qualquer eleitor.

III. Os candidatos não poderão ser detidos ou presos, salvo no caso de flagrante delito, desde 15 (quinze) dias antes da eleição.

IV. O presidente da mesa receptora, assim como o juiz eleitoral, pode expedir salvo-conduto com a cominação de prisão por desobediência até 5 (cinco) dias, em favor do eleitor que sofrer violência, moral ou física, na sua liberdade de votar, ou pelo fato de haver votado.

Está(ão) CORRETA(S):

- a) Apenas as assertivas I, III e IV.
- b) Apenas a assertiva III.
- c) Apenas a assertiva IV.
- d) Apenas as assertivas III e IV.
- e) Todas as assertivas.

33 (TJ-PR Órgão: TJ-MS Prova: Juiz/2012) Considere as assertivas a seguir que dizem respeito às garantias eleitorais.

I. Um eleitor com sentença condenatória por crime inafiançável pode ser preso ou detido, desde 5 (cinco) dias antes e até 48 (quarenta e oito) horas depois do encerramento da eleição, apenas se decisão tiver o trânsito em julgado.

II. A prisão pelo crime de "boca de urna" tem sido relaxada e considerada ilícita pela jurisprudência do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul, uma vez que nenhuma autoridade poderá, desde 5 (cinco) dias antes e até 48 (quarenta e oito) horas depois do encerramento da eleição, prender ou deter qualquer eleitor.

III. Os candidatos não poderão ser detidos ou presos, salvo no caso de flagrante delito, desde 15 (quinze) dias antes da eleição.

IV. O presidente da mesa receptora, assim como o juiz eleitoral, pode expedir salvo-conduto com a cominação de prisão por desobediência até 5 (cinco) dias, em favor do eleitor que sofrer violência, moral ou física, na sua liberdade de votar, ou pelo fato de haver votado.

Está(ão) CORRETA(S):

- a) Apenas as assertivas I, III e IV.
- b) Apenas a assertiva III.
- c) Apenas a assertiva IV.
- d) Apenas as assertivas III e IV.
- e) Todas as assertivas.

34 (TJ-PR Órgão: TJ-MS Prova: Juiz/2012) Considere as assertivas a seguir sobre as inelegibilidades:

I. Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, a Lei da "Ficha Limpa" é compatível com a Constituição, mas não pode ser aplicada a atos e fatos ocorridos anteriormente à edição da Lei Complementar 135/2010 em razão do princípio da presunção da inocência.

II. São inelegíveis por 8 anos, a contar da decisão administrativa aqueles que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidades sanáveis ou insanáveis que configurem atos dolosos de improbidade administrativa e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se houver sido suspensa ou anulada pelo próprio órgão prolator ou pelo Poder Judiciário.

III. São inelegíveis, por 8 anos, os magistrados e os membros de Ministério Público que forem aposentados compulsoriamente por decisão sancionatórias, que tenham perdido o cargo por sentença ou que tenham pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar.

IV. São inelegíveis pelo prazo de 8 anos, contados da decisão, os que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de terem desfeito o vínculo conjugal ou de união estável para evitar a caracterização de inelegibilidade.

Está(ão) CORRETA(S):

- a) Apenas as assertivas II, III e IV.
- b) Apenas as assertivas I e IV.
- c) Apenas as assertivas III e IV.
- d) Apenas as assertivas I, II e III.
- e) Todas as assertivas.

35 (UFPR Órgão: TJ-PR Prova: Juiz/2012) Identifique as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F), conforme constituam ou não complementações adequadas à seguinte frase:

A perda ou suspensão dos direitos políticos e, portanto, do direito de votar e ser votado, pode se dar quando

- () o cidadão brasileiro estiver morando no exterior, em caráter definitivo, e exerça cargo, função, profissão ou emprego, público ou privado, onde estiver morando.
- () o cidadão brasileiro declarar ser maior de 70 (setenta) anos e estiver desobrigado do exercício do voto obrigatório em face de sua incapacidade civil absoluta.
- () o cidadão brasileiro tiver sido condenado definitivamente por ato de improbidade administrativa.
- () o cidadão brasileiro tiver sido condenado criminalmente por decisão transitada em julgado, mas somente enquanto durar os efeitos da condenação.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) F – F – V – V.
- b) V – F – V – F.
- c) V – V – F – V.
- d) F – V – F – F.

36 (FCC Órgão: TJ-GO Prova: Juiz/2012) Sobre plebiscito, referendun e iniciativa popular é correto afirmar que

- a) cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, autorizar referendo e convocar plebiscito.

b) os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei ordinária.

c) a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Ordinária Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

d) a lei orgânica municipal deve atender aos princípios estabelecidos na Constituição da República, na Constituição do respectivo Estado e certos preceitos, entre os quais, a iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado.

e) a Constituição da República expressamente prevê que ela própria poderá ser emendada mediante proposta de iniciativa popular.

37 (FCC Órgão: TJ-GO Prova: Juiz/2012) São inelegíveis para qualquer cargo

a) os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa e das Câmaras Municipais, que hajam perdido os respectivos mandatos por quebra do decoro parlamentar, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos dez anos subsequentes ao término da legislatura.

b) o Governador e o Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal e o Prefeito e o Vice-Prefeito que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos dez anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos.

c) os que, em estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro, tenham sido ou estejam sendo objeto de processo de liquidação judicial ou extrajudicial, hajam exercido, nos doze meses anteriores à respectiva decretação, cargo ou função de direção, administração ou representação, enquanto não forem exonerados de qualquer responsabilidade.

d) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de oito anos após o cumprimento da pena, pelos crimes de tráfico e uso de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos.

e) os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos dez anos seguintes.

38 (MPE-SC Órgão: MPE-SC Prova: Promotor de Justiça/2012)

I – Cabe privativamente ao Ministério Público, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação do pedido de registro de candidato, impugná-lo em petição fundamentada.

II – O eleitor não reúne legitimidade para impugnar registro de candidatura, mas nada impede que apresente notícia de inelegibilidade à autoridade competente.

III – A declaração de inelegibilidade do candidato a Prefeito Municipal atingirá, por extensão, o candidato a Vice-Prefeito, assim como a destes atingirá aqueles.

IV – Somente partido político e o Ministério Público eleitoral poderão representar à Justiça Eleitoral requerendo abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, em benefício de candidato ou de partido político.

V – Constitui crime eleitoral a arguição de inelegibilidade deduzida de forma temerária ou de manifesta má-fé, punido com pena de detenção de seis meses a dois anos e multa.

- a) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas. b) Apenas as assertivas II e V estão corretas.
c) Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas. d) Apenas as assertivas III e V estão corretas.
e) Todas as assertivas estão corretas.

39 (MPE-SC Órgão: MPE-SC Prova: Promotor de Justiça/2012)

I – Constitui crime a arregimentação, no dia da eleição, de eleitor ou a propaganda de boca- de-urna.

II – É inelegível, para o cargo de prefeito, o cônjuge e os parentes indicados no par. 7º do art. 14 da Constituição Federal, do titular do mandato, salvo quando este haja renunciado ao cargo há mais de seis meses do pleito.

III – No processo de registro de candidatos, quando a sentença for entregue em cartório antes de três dias contados da conclusão ao juiz, o prazo para o recurso ordinário, salvo intimação pessoal anterior, só se conta do termo final daquele tríduo.

IV – No processo de registro de candidatos, o partido que não o impugnou não tem legitimidade para recorrer da sentença que o deferiu, salvo se se cuidar de matéria constitucional.

V – O prazo de inelegibilidade de três anos, por abuso de poder econômico ou político, é contado a partir da data da eleição em que se verificou.

- a) Apenas as assertivas II, III, IV e V estão corretas.
b) Apenas as assertivas I, IV e V estão corretas.
c) Apenas as assertivas I, III, IV e V estão corretas.
d) Apenas as assertivas I e V estão corretas.
e) Todas as assertivas estão corretas.

40 (CESPE Órgão: TJ-BA Prova: Juiz/2012) Considerando as normas legais brasileiras concernentes à possibilidade de reeleição ao cargo de prefeito municipal, assinale a opção correta.

- a) O TSE admite a reeleição em cada município, em respeito ao princípio da soberania popular, sem restrições de mandatos.
b) Considere que Jonas, que cumpre o segundo mandato de prefeito municipal, pretenda candidatar-se a prefeito da cidade vizinha. Nessa situação, a candidatura é permitida pelo TSE, pelo fato de se tratar de circunscrição diversa.

c) O prefeito de uma cidade no exercício do primeiro mandato pode candidatar-se à prefeitura de outra, desde que transfira o seu domicílio eleitoral em tempo hábil.

d) O impedimento legal a um terceiro mandato consecutivo restringe-se à circunscrição na qual o prefeito exerce o seu mandato.

e) O TSE admite uma terceira candidatura na hipótese de o prefeito renunciar ao cargo seis meses antes da data das eleições.

41 (CESPE Órgão: TJ-BA Prova: Juiz/2012) Com relação às disposições constitucionais e legais acerca das condições de elegibilidade, cuja aplicação é disciplinada pela justiça eleitoral, assinale a opção correta.

a) O candidato a senador da República deve ser aprovado em convenção partidária e contar com mais de trinta e cinco anos de idade na data das eleições.

b) Candidato a presidente da República deve contar com mais de trinta anos de idade na data da inscrição da candidatura.

c) Candidato a prefeito deve contar com vinte e um anos de idade na data das eleições.

d) Candidato a vereador deve ter domicílio eleitoral no município e, pelo menos, dezoito anos de idade na data da convenção partidária.

e) Candidato a governador de estado deve ser filiado a partido político e ter, na data da posse, trinta anos de idade.

42 (MPE-GO Órgão: MPE-GO Prova: Promotor de Justiça/2012) Considerando o disposto na Lei Complementar n.º 64/90, que estabelece, de acordo com a Constituição da República, os casos de inelegibilidade, a qual foi recentemente alterada pela Lei Complementar 135/2010, qual das alternativas abaixo é incorreta:

a) São inelegíveis, para qualquer cargo, os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes.

b) Não poderão se candidatar os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes, dolosos ou culposos, contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público, contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência e contra o meio ambiente e a saúde pública, os eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade e os de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública, dentre outros.

c) São inelegíveis os que, em estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro, que tenham sido ou estejam sendo objeto de processo de liquidação judicial ou extrajudicial, hajam exercido, nos 12 (doze) meses anteriores à respectiva decretação, cargo ou função de direção, administração ou representação, enquanto não forem exonerados de qualquer responsabilidade.

d) Não poderão se candidatar os magistrados e os membros do Ministério Público que forem aposentados compulsoriamente por decisão sancionatória, que tenham perdido o cargo por sentença ou que tenham pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 8 (oito) anos.

43 (CONSULPLAN Órgão: TSE Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2012) Representam formas de exercício da soberania popular, conforme a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988,

I. o referendo e a iniciativa popular.

II. o referendo e o voto aberto.

III. o plebiscito e o referendo.

IV. o sufrágio e o voto indireto.

Estão corretas apenas as alternativas

a) I, III

b) II, III

c) I, IV

d) III, IV

44 (CONSULPLAN Órgão: TSE Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2012) Patrício, brasileiro, casado, aos 34 anos, vice-governador de um estado da federação brasileira, nunca tendo assumido o cargo de chefe do executivo estadual, pretende uma candidatura à Presidência da República, antes de terminar seu atual mandato. Contagiada pelo espírito político do marido, Amália decide também concorrer a um cargo político, qual seja, de vereadora na capital do mesmo estado em que seu marido é o vice-governador. Preocupados com as implicações legais de uma possível decisão precipitada, o casal procura o assessor jurídico do partido, para dirimir algumas dúvidas sobre procedimento e possíveis vedações. Acerca das dúvidas sobre a possibilidade da candidatura,

a) para que Amália possa concorrer ao cargo pretendido, Patrício deve renunciar ao respectivo mandato até seis meses antes do pleito.

b) mesmo sendo cônjuge de Patrício, Amália será considerada elegível independente do afastamento de Patrício.

45 (CONSULPLAN Órgão: TSE Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2012) Para se eleger prefeito de qualquer município brasileiro, deve o cidadão possuir idade mínima de

a) 21 anos.

b) 18 anos.

c) 30 anos.

d) 35 anos.

46 (CONSULPLAN Órgão: TSE Prova: Técnico Judiciário - Programação de Sistemas/2012) Cleópatra, atual esposa de Marco Túlio, em segunda núpcias deste, pretende se candidatar à prefeita de Rio Bonito. Marco Túlio é o atual prefeito e se encontra em seu segundo mandato. Neste caso,

- a) Cleópatra é elegível, visto que é casada com Marco Túlio em segunda núpcias deste.
- b) Cleópatra é elegível, se não tiver dependência financeira de Marco Túlio.
- c) Cleópatra é inelegível, visto que Marco Túlio não se afastou do cargo.
- d) Cleópatra é inelegível, sendo hipótese de inelegibilidade reflexa.

47 (CONSULPLAN Órgão: TSE Prova: Técnico Judiciário - Programação de Sistemas/2012) É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de

- I. cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
- II. incapacidade civil relativa.
- III. condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.

Assinale

- a) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- b) se apenas as afirmativas I, III estiverem corretas.
- c) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- d) se todas as afirmativas estiverem corretas.

48 (CESPE Órgão: TJ-PI Prova: Juiz/2012) Com relação às inelegibilidades, assinale a opção correta.

- a) O candidato condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da justiça eleitoral, por conduta vedada a agente público em campanha eleitoral somente será considerado inelegível se a conduta implicar a cassação do registro ou do diploma.
- b) O prefeito que perder o mandato por infringência a dispositivo da lei orgânica municipal ficará inelegível, para qualquer cargo, nas eleições a serem realizadas no período remanescente do mandato para o qual tenha sido eleito e nos três anos subsequentes ao término do mandato, reavendo a sua elegibilidade imediatamente após esse período.
- c) O prazo da inelegibilidade do indivíduo condenado por crime contra o meio ambiente por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado perdura enquanto durarem os efeitos da condenação.
- d) A inelegibilidade não se aplica a membro de assembleia legislativa que renunciar ao mandato após o oferecimento de representação capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da constituição estadual.
- e) O indivíduo excluído do exercício da profissão por decisão sancionatória do órgão profissional competente em decorrência de infração ético-profissional ficará inelegível, para qualquer cargo, pelo prazo de quatro anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário.

49 (CONSULPLAN Órgão: TSE Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2012) João, 28 anos de idade, brasileiro nato, em dia com suas obrigações eleitorais e preenchendo todos os requisitos de elegibilidade; decide se candidatar a cargo político. Neste caso, João pode se candidatar aos seguintes cargos:

- a) Presidente e Vice-Presidente da República, Senador, Deputado Federal, Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice- Prefeito e Vereador.
- b) Deputado Federal, Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice- Prefeito e Vereador.
- c) Governador e Vice-Governador de Estado, Deputado Federal, Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice- Prefeito e Vereador.
- d) Senador, Deputado Federal, Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador.

50 (CONSULPLAN Órgão: TSE Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2012) Nos termos da Constituição de 1988, a perda ou suspensão dos direitos políticos pode ocorrer devido à(ao)

- a) condenação criminal, mesmo que sem trânsito em julgado da sentença.
- b) incapacidade civil, em qualquer de suas manifestações.
- c) improbidade administrativa, na forma e gradação previstas em lei.
- d) cancelamento da naturalização, por decisão irrecurável do TRE.

51 (CONSULPLAN Órgão: TSE Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2012) Marco Túlio da Silva, vice-prefeito da cidade de Campo das Flores, que até hoje sempre se manteve nesta função, pretende se candidatar a vereador nas próximas eleições. Para garantir plenas condições para participar do pleito, é correto afirmar que Marco Túlio da Silva

- a) deverá renunciar ao cargo até seis meses antes da disputa eleitoral.
- b) mesmo se tiver substituído o titular nos últimos seis meses antes do pleito, poderá se candidatar.
- c) se não tiver substituído o titular nos últimos seis meses antes do pleito, não necessitará renunciar.
- d) se não tiver substituído o titular nos últimos seis meses antes do pleito, deverá se licenciar 30 dias antes do pleito.

52 (FCC Órgão: TRE-CE Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2012) Pedro tem 32 anos de idade. Mesmo preenchidos os demais requisitos legais, NÃO poderá, em razão da sua idade, candidatar-se, dentre outros, ao cargo de

- a) Prefeito Municipal.
- b) Governador de Estado.
- c) Deputado Federal
- d) Deputado Estadual.
- e) Senador.

53 (CESPE Órgão: TJ-ES Prova: Juiz/2011) No que se refere a impugnação de registro de candidatura, competência para julgamento, procedimentos, prazos e efeitos recursais no âmbito da Lei Complementar n.º 64/1990 e alterações posteriores, assinale a opção correta.

a) Terminado o prazo para impugnação, depois da devida notificação, o candidato, o partido político ou a coligação dispõe do prazo de dez dias para contestá-la, podendo juntar documentos, indicar rol de testemunhas e requerer a produção de provas, inclusive documentais, que se encontrarem em poder de terceiros, de repartições públicas ou em procedimentos judiciais ou administrativos.

b) Na impugnação dos pedidos de registro de candidatos a eleições municipais, o juiz eleitoral formará sua convicção pela livre apreciação da prova — atendendo aos fatos e às circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes, e mencionando na decisão os que motivaram seu convencimento — e apresentará a sentença em cartório três dias após a conclusão dos autos; a partir desse momento, passa a correr o prazo de três dias para a interposição de recurso para o TRE.

c) Tratando-se de registro a ser julgado originariamente por TRE, o pedido de registro, com ou sem impugnação, será julgado em três dias após a publicação da pauta; na sessão do julgamento, que poderá se realizar em até duas reuniões seguidas, feito o relatório, facultada a palavra às partes e ouvido o procurador regional, o relator proferirá o seu voto e serão tomados os dos demais juízes.

d) Transitada em julgado ou publicada a decisão proferida por juiz que declarar a inelegibilidade de candidato, será negado registro a esse candidato, ou o registro será cancelado, se já feito, ou o diploma será declarado nulo, se já expedido; não sendo apresentado recurso, a decisão deverá ser comunicada, de imediato, ao MP eleitoral e ao órgão da justiça eleitoral competente para o registro de candidatura e expedição de diploma do réu.

e) O registro do candidato pode ser impugnado em petição fundamentada, no prazo de cinco dias contados da publicação do seu pedido, por qualquer cidadão, ou, ainda, por partido político, coligação ou pelo MP.

54 (FCC Órgão: TRE-PE Prova: Analista Judiciário - Análise de Sistemas/2011) Mônica, brasileira, casada, com vinte e um anos de idade, estudante de direito, está envolvida com os problemas políticos do país, participando da Comissão de Acadêmicos da Faculdade LEI, sendo filiada ao partido político ABC. Mônica, com o incentivo de seus colegas universitários, decide se candidatar para as próximas eleições. Mônica, preenchendo todas as condições constitucionais de elegibilidade, poderá candidatar-se aos cargos de

a) Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador.

b) Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital e Vereador, apenas.

c) Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador, apenas.

d) Governador, Vice-Governador, Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador.

e) Deputado Estadual ou Distrital e Vereador, apenas.

55 (FCC Órgão: TRE-PE Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2011) De acordo com a Lei de Inelegibilidade (Lei Complementar nº 64/1990 e alterações posteriores),

- a) a declaração de inelegibilidade de candidato a Prefeito Municipal prejudicará a candidatura do respectivo candidato a Vice-Prefeito.
- b) no processo sumaríssimo de investigação judicial, o Ministério Público Eleitoral terá as mesmas atribuições do relator em processos judiciais.
- c) as transgressões pertinentes a origem de valores pecuniários só poderão ser apuradas pelo Ministério Público Eleitoral.
- d) é facultado ao partido político ou coligação que requerer o registro de candidato considerado inelegível dar-lhe substituto, mesmo que a decisão transitada em julgado tenha sido proferida após o termo final do prazo de registro.
- e) no processo sumaríssimo de investigação judicial, o julgamento caberá ao Corregedor-Geral ou ao Corregedor Regional.

56 (FCC Órgão: TRE-PE Prova: Analista Judiciário - Medicina do Trabalho/2011) Mônica, brasileira, casada, com vinte e um anos de idade, estudante de direito, está envolvida com os problemas políticos do país, participando da Comissão de Acadêmicos da Faculdade LEI, sendo filiada ao partido político ABC. Mônica, com o incentivo de seus colegas universitários, decide se candidatar para as próximas eleições. Mônica, preenchendo todas as condições constitucionais de elegibilidade, poderá candidatar-se aos cargos de

- a) Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador.
- b) Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital e Vereador, apenas.
- c) Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador, apenas.
- d) Governador, Vice-Governador, Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador.
- e) Deputado Estadual ou Distrital e Vereador, apenas.

57 (FCC Órgão: TRE-PE Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2011) A arguição de inelegibilidade de candidato a Senador, Deputado Federal e Vereador será feita perante

- a) os Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais Regionais Eleitorais e Juízes Eleitorais, respectivamente.
- b) o Tribunal Superior Eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral e os Tribunais Regionais Eleitorais, respectivamente.
- c) os Tribunais Regionais Eleitorais, o Tribunal Superior Eleitoral e os Juízes Eleitorais, respectivamente.
- d) o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Juízes Eleitorais, respectivamente.
- e) os Tribunais Regionais Eleitorais.

58 (VUNESP Órgão: TJ-RJ Prova: Juiz/2011) Sobre as inelegibilidades, assinale a alternativa correta.

- a) A inelegibilidade de Prefeito que concorre à cadeira no Poder Legislativo sem renunciar ao cargo seis meses antes do pleito deverá ser arguida na fase de registro da candidatura, sob pena de preclusão.
- b) Vice-Prefeito que não tenha substituído o titular em ambos os mandatos pode se candidatar ao cargo de Prefeito, sendo-lhe facultada, ainda, a reeleição ao cargo de Chefe do Poder Executivo por um único período.
- c) Na hipótese de rejeição de contas relativas ao exercício de cargos e funções públicas, a Justiça Eleitoral só poderá decidir pela não incidência de causa de inelegibilidade mediante prévia desconstituição da decisão de rejeição das contas, obtida na Justiça Comum.
- d) Independentemente de eventual decisão desconstitutiva do Poder Judiciário, a demissão do serviço público, imposta em processo administrativo, não constitui causa de inelegibilidade.

59 (FCC Órgão: MPE-CE Prova: Promotor de Justiça/2011) São condições de elegibilidade para o cargo de Vice- Governador de Estado:

- a) nacionalidade brasileira, pleno exercício dos direitos políticos, alistamento eleitoral, domicílio eleitoral na circunscrição, filiação partidária e idade mínima de trinta anos.
- b) naturalidade brasileira, pleno exercício dos direitos políticos, domicílio eleitoral na circunscrição, filiação partidária e idade mínima de trinta anos.
- c) nacionalidade brasileira, pleno exercício dos direitos políticos, alistamento eleitoral, domicílio eleitoral no território nacional, filiação partidária e idade mínima de trinta e cinco anos.
- d) nacionalidade brasileira, pleno exercício dos direitos políticos, alistamento eleitoral, domicílio eleitoral na circunscrição e idade mínima de vinte e cinco anos.
- e) naturalidade brasileira, pleno exercício dos direitos políticos, alistamento eleitoral, filiação partidária e idade mínima de trinta e cinco anos.

60 (PONTUA Órgão: TRE-SC Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2011) O Supremo Tribunal Federal decidiu em julgamento recente sobre a Lei “Ficha Limpa”:

- a) A sua inconstitucionalidade por afronta ao primado constitucional do Estado de Inocência.
- b) Que a sua aplicação deve respeitar o princípio da anterioridade/anualidade previsto no artigo 16, da CF.
- c) Que a lei que torna mais gravosa a situação dos candidatos só pode vigor para fatos ocorridos após a sua publicação.
- d) Que as causas de inelegibilidade geram efeitos um ano após o trânsito em julgado da condenação.

61 (ISAE Órgão: AL-AM Prova: Procurador/2011) Pelas regras da legislação eleitoral são inelegíveis os candidatos com condenação transitada em julgado, após oito anos do cumprimento da pena, pelos crimes:

- a) eleitorais, cominados com multa.

- b) de abuso de autoridade, com pena de prestação de serviços.
- c) declarados pelo Tribunal de Contas da União ou Estados.
- d) de tráfico de entorpecentes ou drogas afins.
- e) de contravenção por jogo ilegal.

62 (ISAE Órgão: AL-AM Prova: Procurador/2011) A candidatura a cargos eletivos obedece a determinados períodos de desincompatibilização para caracterizar a elegibilidade.

Não se inclui no prazo de até seis meses depois de afastados do cargo/função quando a eleição é para Vice-Presidente da República quem ocupa o cargo de:

- a) Presidente da República.
- b) Ministro de Estado.
- c) Advogado Geral da União.
- d) Comandante do Exército.
- e) Governador do Estado.

63 (FUNDEP Órgão: MPE-MG Prova: Promotor de Justiça/2011) Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- b) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de trinta dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- c) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- d) A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

64 (MPE-SP Órgão: MPE-SP Prova: Promotor de Justiça/2011) Constituem garantias eleitorais:

- I. a prioridade postal aos partidos políticos nos 60 (sessenta) dias anteriores à realização das eleições;
- II. o exercício do sufrágio;
- III. o salvo-conduto em favor do eleitor;
- IV. a presença de força pública no edifício em que funcionar mesa receptora;
- V. a proibição da prisão em flagrante de candidatos nos 15 (quinze) dias que antecedem a eleição.

Está correto apenas o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I, IV e V.

c) II, III e IV.

d) II, IV e V.

e) III, IV e V.

65 (MPE-SP Órgão: MPE-SP Prova: Promotor de Justiça/2011) Com relação à inelegibilidade, analise os seguintes itens:

I. os conscritos, durante o serviço militar obrigatório, são inelegíveis;

II. o membro do Ministério Público, que tenha pedido exoneração, é inelegível, para qualquer cargo, pelo prazo de 8 (oito) anos;

III. o condenado por assédio sexual, em decisão transitada em julgado, é inelegível, para qualquer cargo, até 8 (oito) anos após o cumprimento da pena;

IV. a declaração de inelegibilidade do candidato a Prefeito não atingirá o candidato a Vice-Prefeito;

V. o cônjuge do Vice-Prefeito é inelegível no território da circunscrição deste.

Está correto apenas o que se afirma em

a) I e II.

b) I e IV.

c) II e III.

d) III e V.

e) IV e V.

66 (FCC Órgão: TRE-AP Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2011) Tício é Secretário de Estado. Para candidatar-se a Presidente da República ou Governador do Estado, em que exerce as suas funções, ou Prefeito Municipal da Capital desse Estado deverá observar o prazo para desincompatibilização de

a) 6 meses, 6 meses e 4 meses, respectivamente.

b) 6 meses, 4 meses e 6 meses, respectivamente.

c) 4 meses, 6 meses e 4 meses, respectivamente.

d) 4 meses.

e) 6 meses.

67 (FCC Órgão: TRE-AP Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2011) João foi escolhido pela Convenção do Partido a que pertence para concorrer ao cargo de Deputado Estadual, embora tenha 20 anos de idade. Nesse caso, o pedido de registro de sua candidatura, desde que preenchidos os demais requisitos legais,

a) só deverá ser deferido, se João vier a completar 21 anos até a data do pleito.

b) deverá ser indeferido, porque o candidato a Deputado Estadual deve possuir 21 anos completos na data do pedido de registro da candidatura.

c) só deverá ser deferido, se João vier a completar 21 anos até a data da posse.

d) deverá ser indeferido, porque é de 30 anos a idade mínima para o cargo de Deputado Estadual.

e) deverá ser deferido, porque é de 18 anos a idade mínima para o cargo de Deputado Estadual.

68 (FCC Órgão: TRE-AP Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2011) As arguições de inelegibilidade, relativas a candidatos a Senador, Deputado Federal e Prefeito Municipal serão feitas, perante

a) o Tribunal Superior Eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral e os Tribunais Regionais Eleitorais, respectivamente.

b) o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Juízes Eleitorais, respectivamente.

c) os Tribunais Regionais Eleitorais, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Juízes Eleitorais, respectivamente.

d) o Tribunal Superior Eleitoral.

e) os Tribunais Regionais Eleitorais.

69 (FCC Órgão: TRE-AP Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2011) José, apesar de não ser filiado a partido político, deseja candidatar-se a Vereador nas eleições municipais da cidade em que possui domicílio eleitoral há muitos anos e trabalha como vendedor autônomo. Nesse caso

a) só poderá candidatar-se sem filiação a partido político, como candidato avulso e independente, se os partidos não tiverem preenchido todas as vagas.

b) poderá candidatar-se sem filiação a partido político, como candidato avulso e independente.

c) deverá obter o apoio, através de documento assinado, de pelo menos cem eleitores da mesma circunscrição eleitoral.

d) deverá filiar-se a partido político pelo menos um ano antes da data fixada para as eleições.

e) deverá obter o apoio, através de documento assinado, de pelo menos dez por cento dos eleitores da mesma circunscrição eleitoral.

70 (PUC-PR Órgão: TJ-RO Prova: Juiz/2011) Avalie as assertivas abaixo:

I) O Ministério Público Estadual tem legitimação para propor, perante o juízo competente, as ações para declarar ou decretar a nulidade de negócios jurídicos ou atos da administração pública, infringentes de vedações legais destinadas a proteger a normalidade e a legitimidade das eleições, contra a influência do poder econômico ou o abuso do poder político ou administrativo.

II) O sufrágio é um direito público subjetivo, adotado pela Constituição Federal de 1988 como universal, excetuando-se desta regra, entre outras previsões legais, os conscritos durante o período do serviço militar obrigatório.

III) Sem a prova de que votou na última eleição, pagou a respectiva multa ou de que se justificou devidamente, não poderá o eleitor, dentre outras situações previstas em lei, obter empréstimos nas autarquias, sociedades de economia mista, caixas econômicas federais ou estaduais, nos institutos e caixas de previdência social, bem como em qualquer estabelecimento de crédito mantido pelo governo, ou de

cuja administração este participe. Do mesmo modo, não poderá o eleitor, em tal condição, celebrar contratos com essas entidades.

IV) O sistema eleitoral proporcional, também adotado no Brasil, aplica-se, inclusive, à eleição para a Câmara dos Deputados.

V) São órgãos da Justiça Eleitoral o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais, os Juízes Eleitorais e as Juntas Eleitorais, sendo que os membros dos tribunais, os juízes de direito e os integrantes das juntas eleitorais, no exercício de suas funções e no que lhes for aplicável, gozarão de plenas garantias e serão inamovíveis.

Está(ão) CORRETA(S):

- a) Somente as assertivas II, III, IV e V.
- b) Somente as assertivas I e III.
- c) Somente as assertivas I, II e V.
- d) Somente as assertivas II, IV e V.
- e) Todas as assertivas.

71 (PUC-PR Órgão: TJ-RO Prova: Juiz/2011) Analise as assertivas a seguir:

I) Da decisão do Juiz Eleitoral que determinar a exclusão de um eleitor caberá recurso no prazo de 3 (três) dias, para o Tribunal Regional, sendo parte legítima para interpor o ato, apenas o excluindo.

II) Em caso de mudança de domicílio, cabe ao eleitor requerer ao Juiz do novo domicílio sua transferência, juntando o título anterior, sendo que a admissão do pedido está condicionada ao cumprimento de determinadas exigências legais e, entre elas, que tenha transcorrido pelo menos 1 (um) ano da inscrição primitiva, salvo quando se tratar de transferência de título eleitoral de servidor público civil, militar, autárquico, ou de membro de sua família, por motivo de remoção ou transferência.

III) A idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada tendo por referência a data do requerimento de registro do candidato.

IV) São inelegíveis, para qualquer cargo, os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes, dentre outros, contra o meio ambiente e a saúde pública.

V) Caberá a qualquer eleitor, a partido político, coligação ou ao Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação do pedido de registro de candidato, impugná-lo em petição fundamentada.

Estão CORRETAS:

- a) Somente as assertivas I e III.
- b) Somente as assertivas I, II e V.
- c) Somente as assertivas II e IV.
- d) Somente as assertivas III, IV e V.
- e) Todas as assertivas.

72 (CESPE Órgão: TJ-PB Prova: Juiz/2011) Com relação à inelegibilidade, assinale a opção correta.

a) O prazo de inelegibilidade de prefeito que tiver as contas relativas ao exercício do cargo rejeitadas, por decisão irrecorrível do órgão competente, em razão de irregularidade insanável que configure ato doloso

de improbidade administrativa, se a decisão não tiver sido suspensa nem anulada pelo Poder Judiciário, deverá ser contado do término do mandato para o qual o prefeito tenha sido eleito.

b) Para candidato que já exerça mandato eletivo, conta-se do término do mandato para o qual tenha sido eleito o prazo de inelegibilidade caso ele venha a ser condenado, por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da justiça eleitoral, em decorrência de gastos ilícitos de campanha, com a consequente cassação do diploma.

c) Consideram-se inelegíveis para qualquer cargo a pessoa física e(ou) o dirigente de pessoa jurídica responsáveis por doação eleitoral tida por ilegal, se reconhecida contra si inelegibilidade, por prazo contado da decisão que reconheça a ilegalidade.

d) O prazo de inelegibilidade de indivíduo condenado por qualquer crime eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, perdura por prazo superior aos efeitos da condenação.

e) Enquanto persistirem os efeitos da condenação, perdura o prazo de inelegibilidade de indivíduo condenado por crime contra o patrimônio privado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado.

73 (MPE-MS Órgão: MPE-MS Prova: Promotor de Justiça/2011) Assinale a alternativa incorreta. É vedada a cassação de direitos políticos,

a) salvo se for decretada a incapacidade civil absoluta;

b) salvo escusa de consciência, invocada por quem pretende eximir-se do adimplemento de obrigação legal a todos imposta (art. 5º, VIII, da CF);

c) salvo se houver condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

d) salvo condenação por improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º da CF;

e) todas as alternativas são corretas.

74 (MPE-MS Órgão: MPE-MS Prova: Promotor de Justiça/2011) Analise as assertivas abaixo.

I - A perda ou suspensão dos direitos políticos pode acarretar várias consequências jurídicas, e será automática, não cabendo mais recurso visando a manutenção dos direitos políticos do cidadão.

II - Uma das consequências jurídicas da perda ou a suspensão de direitos políticos é o cancelamento do alistamento.

III - Não é automática a exclusão do corpo de eleitores, em caso de perda ou suspensão dos direitos políticos, devendo seguir um procedimento próprio junto da Justiça Eleitoral.

IV - O eleitor que teve suspenso seus direitos políticos não tem legitimidade para propor ação popular, enquanto perdurar esta situação.

V - O cidadão tem direito a ampla defesa, antes de ser excluído do corpo de eleitores, podendo, se for o caso, requerer produção de prova visando manter os seus direitos políticos.

a) todos os itens estão corretos;

b) somente os itens I, III e V estão incorretos;

- c) somente os itens II, III, IV e V estão corretos; d) somente os itens I, II e IV estão incorretos;
- e) todos os itens estão incorretos.

75 (MPE-MS Órgão: MPE-MS Prova: Promotor de Justiça/2011) Um eleitor pretende ser candidato a prefeito de uma determinada cidade, porém, ele teve suspenso seus direitos políticos pelo prazo de cinco anos por ter sido condenado por ato doloso de improbidade administrativa, com sentença confirmada por órgão colegiado. Analise as assertivas abaixo.

I - Ele poderá candidatar-se a cargo eletivo se na sentença da ação de improbidade administrativa não tenha constado expressamente a condenação relativa a suspensão dos direitos políticos.

II - Ele somente poderá candidatar-se ao cargo majoritário de prefeito depois de transcorridos cinco anos da data de cumprimento da pena aplicada no processo judicial.

III - Ele não poderá ser candidato a prefeito se ele foi condenado por ter enriquecido ilicitamente e ainda não tenha transcorrido o período de 13 anos da data de cumprimento da pena aplicada no processo judicial.

IV - Ele poderá ser candidato a prefeito se ele foi condenado por ter infringido o disposto no art. 11 da Lei nº 8.429/92.

V - Ele não poderá candidatar-se ao cargo de prefeito se for condenado por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público.

- a) todos os itens estão corretos; b) somente os itens I e V estão incorretos;
- c) somente os itens II e V estão incorretos; d) somente os itens I, IV e V estão corretos;
- e) todos os itens estão incorretos.

76 (MPE-MS Órgão: MPE-MS Prova: Promotor de Justiça/2011) Assinale a alternativa incorreta.

a) De acordo com a Lei Complementar nº 64/90, os magistrados se pretenderem concorrer ao cargo de Presidente ou de Vice-Presidente da República somente são considerados elegíveis se afastarem temporariamente das suas funções até seis meses anteriores ao pleito;

b) Os membros do Ministério Público que ingressaram na carreira antes de 05 de outubro de 1988, podem exercer a atividade político-partidária, desde que tenham exercido a opção pelo regime anterior;

c) Os membros do Ministério Público que ingressaram na carreira antes da aprovação da EC nº 45/2004 podem exercer atividade política partidária, em face da interpretação extraída da Resolução nº 5 do Conselho Nacional do Ministério Público;

d) No regime anterior a CF 88, não eram considerados inelegíveis os membros do Ministério Público;

e) Os membros do Ministério Público, com a aprovação da EC nº 45/2004, foram equiparados aos magistrados quanto a atividade político-partidária.

77 (MPE-MS Órgão: MPE-MS Prova: Promotor de Justiça/2011) Recentemente o Supremo Tribunal Federal decidiu pela não aplicação da Lei da Ficha Limpa, referente aos candidatos

considerados fichas sujas, e que foram eleitos no processo eleitoral de 2010. Não obstante tratar-se de decisão judicial recente, qual seria o principal embasamento jurídico para impedir a aplicação da Lei Complementar nº 135/2010, nas eleições para presidente, federal e estadual de 2010.

- a) Por conta do processo eleitoral já ter sido deflagrado, e não haveria tempo de os partidos escolherem outros candidatos, considerados ficha limpa, desrespeitando, assim, o procedimento estabelecido na Lei nº 9.504/97;
- b) Ofensa aos princípios individuais da segurança jurídica (CF, art. 5º, caput);
- c) Ofensa ao princípio do devido processo legal (CF, art. 5º, LIV);
- d) Ofensa ao princípio da anterioridade eleitoral, disposto no art. 16 da Constituição Federal;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

78 (PGR Órgão: PGR Prova: Procurador da República/2011) Com base nas Disposições constitucionais sobre eleições, nacionalidade e direitos políticos, assinale a alternativa correta:

- a) a lei que alterar o processo eleitoral publicada no dia 10 (dez) de dezembro somente entrará em vigor no primeiro dia do ano seguinte ao de sua publicação, podendo ser aplicada à eleição que ocorrer em outubro deste mesmo ano;
- b) o Presidente e o Vice-Presidente da República são eleitos segundo o sistema majoritário (princípio majoritário), enquanto os membros do Congresso Nacional são eleitos pelo sistema proporcional;
- c) a lei complementar que dispuser sobre casos de inelegibilidade não poderá estabelecer distinções entre brasileiros natos e naturalizados além das previstas na Constituição;
- d) a eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito se dará pelo sistema majoritário (princípio majoritário), e nos municípios com mais de duzentos mil habitantes ficará sujeita a dois turnos de votação entre os dois candidatos mais votados, se no primeiro turno nenhum dos candidatos alcançar maioria absoluta de votos.

79 (TJ-DFT Órgão: TJ-DF Prova: Juiz/2011) De acordo com a Lei Complementar nº 64/90 (Lei de Inelegibilidades), é correto afirmar:

- a) A impugnação, por parte de candidato, partido político ou coligação, impede a ação do Ministério Público no mesmo sentido, que, nada obstante, pode recorrer da decisão judicial de improcedência;
- b) São inelegíveis, para qualquer cargo, os membros da Câmara Legislativa que hajam perdido os respectivos mandatos por procedimento declarado incompatível com o decore parlamentar, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término da legislatura;
- c) Admite execução provisória a decisão que declarar a inelegibilidade de candidato para fins de negativa de registro ou de cancelamento, se já tiver sido feito;
- d) São inelegíveis, para qualquer cargo, os que, dentro de 6 (seis) meses anteriores ao pleito, hajam exercido cargo ou função de direção, administração ou representação em pessoa jurídica ou em empresa que mantenha contrato de execução de obras, de prestação de serviços ou de fornecimento de bens com órgão do Poder Público ou sob seu controle, mesmo no caso de contratos que obedeçam a cláusulas uniformes.

80 (MPE-PR Órgão: MPE-PR Prova: Promotor de Justiça/2011) Sobre elegibilidade e inelegibilidade e ações judiciais eleitorais, assinale a alternativa correta:

- a) a Lei Complementar 135/10 (Lei da Ficha Limpa) - não aplicável às eleições de 2010, conforme precedentes do STF - estabeleceu que são inelegíveis para qualquer cargo os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por prática, dentre outros, de crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público, não se aplicando tal regra, entretanto, aos crimes ambientais;
- b) as ações de impugnação de registro de candidatura aos cargos de Prefeito Municipal e Vereador deverão ser dirigidas ao Tribunal Regional Eleitoral e, ao cargo de Senador, por exemplo, deverão ser dirigidas ao Superior Tribunal Eleitoral;
- c) qualquer eleitor possui legitimidade ativa para ingressar em juízo com ação de impugnação de registro de candidatura, desde que esteja em situação regular perante a justiça eleitoral;
- d) a ação de impugnação de mandato eletivo possui previsão na Lei Complementar 064/90, e deve ser ajuizada no prazo de até 3 (três) meses, contados da diplomação, com fundamento em provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude;
- e) o recurso contra a diplomação possui previsão no Código Eleitoral, e também pode ter por fundamento, dentre outras hipóteses, inelegibilidade ou incompatibilidade de candidato.

81 (VUNESP Órgão: TJ-SP Prova: Juiz/2011) A elegibilidade é a regra e são elegíveis todos os que atenderem às condições estabelecidas, que são:

- a) a nacionalidade brasileira, o domicílio eleitoral, a idade mínima prevista na Constituição e a filiação partidária.
- b) a nacionalidade brasileira, a filiação partidária, a idade e o pleno exercício dos direitos políticos.
- c) a nacionalidade brasileira, o pleno exercício dos direitos políticos, o alistamento e filiação eleitoral, a idade prevista na Constituição.
- d) a nacionalidade brasileira, o pleno exercício dos direitos políticos, alistamento, domicílio e filiação partidária e idade prevista na Constituição.
- e) a idade prevista na Constituição, a escolaridade, a nacionalidade brasileira, o pleno exercício dos direitos políticos, alistamento, domicílio e filiação partidária.

82 (FCC Órgão: TRE-TO Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2011) De acordo com a Lei Complementar no 64/1990 (Lei de Inelegibilidade), considere:

- I. Os que tiverem competência ou interesse direto, indireto ou eventual, no lançamento, arrecadação ou fiscalização de impostos, taxas e contribuições de caráter obrigatório, inclusive para fiscais, ou para aplicar multas relacionadas com essas atividades.
- II. Os que tenham ocupado cargo ou função de direção, administração ou representação em entidades representativas de classe, mantidas, total ou parcialmente, por contribuições impostas pelo poder público.

III. Os que tenham ocupado cargo ou função de direção, administração ou representação em entidades representativas de classe, mantidas, total ou parcialmente, com recursos repassados pela Previdência Social.

Para candidatarem-se ao cargo de Presidente ou Vice- Presidente da República, devem observar o prazo de desincompatibilização de 6 meses o que consta SOMENTE em

- a) I. b) I e II. c) I e III. d) II e III. e) III.

83 (FCC Órgão: TRE-TO Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2011) De acordo com a Lei Complementar no 64/90 (Lei de Inelegibilidade), no processo de impugnação de registro de candidatura,

- a) o Ministério Público, encerrado o prazo da dilação probatória, não poderá apresentar alegações, se não tiver sido o impugnante.
- b) poderá figurar como impugnante qualquer pessoa.
- c) a defesa só poderá ser feita pelo partido a que pertencer o candidato.
- d) não será admitida a produção de prova testemunhal.
- e) a impugnação deverá ser feita em petição fundamentada, no prazo de cinco dias, contados da publicação do pedido de registro de candidatura.

84 (FCC Órgão: TRE-TO Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2011) De acordo com a Lei complementar Imagem 006.jpg 64/90 (Lei de Inelegibilidade), as arguições de inelegibilidade

- a) serão feitas perante o Tribunal Superior Eleitoral, quando se tratar de candidato a Governador e Vice-Governador de Estado.
- b) devem ser conhecidas e decididas pela Justiça Comum Estadual, quando se tratar de candidato a Vereador.
- c) serão feitas perante o Tribunal Superior Eleitoral, quando se tratar de candidato a Deputado Federal.
- d) serão feitas perante o Tribunal Regional Eleitoral, quando se tratar de candidato a Prefeito e Vice-Prefeito.
- e) serão feitas perante o Tribunal Regional Eleitoral, quando se tratar de candidato a Senador.

85 (FGV Órgão: TRE-PA Prova: Analista Judiciário/2011) A respeito das inelegibilidades, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os analfabetos são inelegíveis para qualquer cargo e, além disso, estão impedidos de votar por determinação legal.
- II. É condição de elegibilidade a idade mínima de 35 (trinta e cinco) anos para os candidatos à Presidência da República e de 30 (trinta) anos para aqueles que pleiteiam a chefia do Poder Executivo dos Estados e do Distrito Federal.

III. Aqueles que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes de lavagem de dinheiro e tráfico de drogas, entre outros, são inelegíveis para qualquer cargo.

IV. As arguições de inelegibilidade são conhecidas pelo TSE quando se tratar de candidato a Presidente ou Vice- Presidente da República e Senador, e pelos Tribunais Regionais Eleitorais no caso dos Governadores ou Vice- Governadores dos Estados e do Distrito Federal.

Assinale

- a) se apenas as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.
- b) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- c) se apenas as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.
- d) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- e) se apenas as afirmativas II e IV estiverem corretas.

86 (FGV Órgão: TRE-PA Prova: Analista Judiciário/2011) João da Silva, eleitor devidamente registrado, teve seus direitos políticos suspensos em virtude de improbidade administrativa e cumpriu integralmente a pena determinada pelo Poder Judiciário.

Nos casos de perda ou suspensão dos direitos políticos, é correto afirmar que

- a) quando da suspensão, a autoridade judiciária responsável determina a inclusão de dados no sistema mediante comando de FASE. Entretanto, não se tratando de eleitor de sua zona eleitoral, o juiz eleitoral comunicará o fato diretamente à zona eleitoral a que pertencer a inscrição.
- b) cessadas as causas da suspensão, a pessoa com restrições pode pleitear a regularização da sua situação eleitoral, preenchendo requerimento e instruindo o pedido com a Declaração de Situação de Direitos Políticos e documentação comprobatória de sua alegação, que, no caso descrito, pode ser a sentença judicial, certidão do juízo competente ou outro documento.
- c) a legislação eleitoral determina que a outorga a brasileiros do gozo dos direitos políticos em Portugal, devidamente comunicada ao Tribunal Superior Eleitoral, não importará suspensão desses mesmos direitos no Brasil.
- d) os direitos políticos podem ser cassados no caso de cancelamento da naturalização por sentença judicial transitada em julgado, incapacidade civil absoluta, condenação criminal transitada em julgado e recusa em cumprir obrigação a todos imposta.
- e) quando se tratar de pessoa com inscrição cancelada no cadastro, o registro será feito diretamente na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos pelo juiz eleitoral da zona onde originalmente a pessoa estava cadastrada.

87 (FCC Órgão: TRE-RN Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2011) O candidato, no momento da eleição, tinha seu registro deferido. Posteriormente, a Justiça Eleitoral verificou irregularidade que acarretou o indeferimento de seu registro. Em consequência de tal fato, os votos conferidos ao candidato devem ser considerados

- a) nulos em relação ao candidato e, apenas em eleições proporcionais, válidos em favor do partido responsável pelo registro do candidato.
- b) válidos para todos os efeitos, uma vez que o indeferimento do registro ocorreu apenas após a eleição.
- c) nulos para todos os efeitos, tanto nas eleições majoritárias quanto proporcionais, não sendo aproveitáveis ao candidato e ao partido.
- d) nulos em relação ao candidato e, apenas em eleições majoritárias, válidos em favor do partido responsável pelo registro do candidato.
- e) válidos em relação ao candidato, porém nulos em relação ao partido, uma vez que no momento da eleição o candidato estava devidamente registrado.

88 (FCC Órgão: TRE-RN Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2011) O artigo 22 da Lei complementar no 64/90 prevê que qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias, e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político. Tal norma veicula a chamada ação de investigação judicial eleitoral (AIJE), a qual

- a) constitui procedimento de investigação, de natureza inquisitorial, voltado à coleta de provas acerca das condutas narradas no dispositivo.
- b) tem como objeto a exclusão da disputa eleitoral, por meio da sanção da inelegibilidade, de candidatos e de pessoas que tenham contribuído ou se beneficiado das práticas narradas no dispositivo.
- c) apenas declarará a inelegibilidade dos envolvidos, caso a sentença seja proferida até a proclamação dos eleitos.
- d) admite no polo passivo somente candidatos concorrentes no pleito, não sendo instrumento apto a apurar a conduta de não candidatos.
- e) permite a investigação de fatos ocorridos antes do registro da candidatura, como, por exemplo, abuso de poder econômico para vencer a convenção.

89 (FCC Órgão: TRE-RN Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2011) A figura do voto em trânsito, prevista no artigo 233-A do Código Eleitoral e regulamentada pela Resolução do 23.215, de 2 de março de 2010, do Tribunal Superior Eleitoral, constituiu inovação importante nas eleições de 2010. Nos termos de tal legislação, o voto em trânsito consiste na possibilidade do eleitor nacional, que se encontre

- a) em território estrangeiro no dia do pleito, votar na sede da embaixada do Brasil no país respectivo, sendo possível somente o voto nos candidatos aos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República.
- b) fora de seu domicílio eleitoral no dia do pleito, votar em qualquer outra zona eleitoral, desde que realizada prévia habilitação junto a cartório eleitoral, sendo possível somente o voto nos candidatos aos cargos federais.

c) fora de seu domicílio eleitoral no dia do pleito, votar em qualquer outra zona eleitoral, independente de prévia habilitação junto a cartório eleitoral, sendo possível somente o voto nos candidatos aos cargos federais.

d) fora de seu domicílio eleitoral no dia do pleito, votar na capital do Estado em que estiver presente ou de passagem na ocasião, independente de prévia habilitação junto a cartório eleitoral, sendo possível o voto em todos os cargos federais e para os estaduais referentes à localidade em que realizado o voto.

e) fora de seu domicílio eleitoral no dia do pleito, votar na capital do Estado em que estiver presente ou de passagem na ocasião, desde que realizada prévia habilitação junto a cartório eleitoral, sendo possível somente o voto nos candidatos aos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República.

90 (FCC Órgão: TRE-RN Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2011) O processo eleitoral é uma das formas de concretização do princípio democrático, razão pela qual é merecedor de diversas garantias previstas, expressamente, na legislação. Entre tais garantias, destaca-se que

a) nenhuma autoridade poderá, desde cinco dias antes e até quarenta e oito horas depois do encerramento da eleição, prender ou deter qualquer eleitor, ainda que em flagrante delito ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável.

b) os membros das Mesas Receptoras, durante o exercício de suas funções, não poderão ser detidos ou presos, salvo o caso de flagrante delito. Tal garantia não se estende aos fiscais dos partidos.

c) o eleitor, embora não possua a prerrogativa de representar diretamente ao corregedor geral ou regional da Justiça Federal, pode provocar o Ministério Público ou o partido político para que o faça.

d) é proibida, durante o ato eleitoral, a presença de força pública no edifício em que funcionar Mesa Receptora, ou nas imediações, sendo que a força armada conservar-se-á a cem metros da Seção Eleitoral e não poderá aproximar-se do lugar da votação, ou nele penetrar, sem ordem do Presidente da Mesa.

e) aos partidos políticos é assegurada a prioridade postal durante o ano da realização das eleições, para remessa de material de propaganda de seus candidatos registrados.

91 (FGV Órgão: TRE-PA Prova: Técnico Judiciário - Segurança Judiciária/2011) Caio Tício, cantor profissional, resolve se lançar candidato ao cargo de deputado estadual. A respeito da possibilidade de seguir exercendo a sua atividade profissional durante o período eleitoral, conforme entendimento do TSE, é correto afirmar que

a) é livre o exercício da atividade profissional do candidato, sem restrição de qualquer ordem, com base no artigo 5º, IX, da Constituição da República, garantido o seu direito de se apresentar em showmícios.

b) é permitido o exercício de sua profissão, desde que restrita a casas de espetáculo de natureza particular, em eventos de natureza privada.

c) se permite a apresentação profissional do candidato com a finalidade de promover sua candidatura, desde que não seja remunerado pelo exercício dessa atividade.

d) Caio Tício está impedido de exercer sua atividade profissional até o término do período eleitoral.

e) o candidato pode seguir no exercício de sua profissão, em eventos de natureza pública ou particular, desde que não tenha finalidade eleitoral, vedada qualquer alusão à candidatura, ainda que em caráter subliminar.

92 (CESPE Órgão: TRE-ES Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2011) O recurso administrativo interposto contra decisão sancionatória de órgão profissional competente que tenha reconhecido a exclusão do exercício profissional de pretense candidato, em decorrência de infração ético-profissional por ele cometida, afasta a inelegibilidade do candidato por tal motivo.

- a) Certo
- b) Errado

93 (CESPE Órgão: TRE-ES Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2011) Tanto a simulação quanto o desfazimento de vínculo conjugal ou de união estável com o intuito de evitar caracterização de inelegibilidade, assim reconhecidos por órgão judicial colegiado, geram o reconhecimento de inelegibilidade para qualquer cargo.

- a) Certo
- b) Errado

94 (CESPE Órgão: TRE-ES Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2011) Eventual representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, não tem o condão de atingir candidato já diplomado.

- a) Certo
- b) Errado

95 (COPEVE-UFAL Órgão: CASAL Prova: Advogado/2010) É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão somente se dará nos casos de

- a) cancelamento da naturalização por sentença judicial.
- b) condenação por ato de improbidade administrativa.
- c) condenação criminal.
- d) recusa de cumprir obrigação a todos imposta, ou de prestação alternativa, na forma da lei, quando aquela recusa se der por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política.
- e) incapacidade civil relativa.

96 (TJ-SC Órgão: TJ-SC Prova: Juiz/2010) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A decisão que declarar a inelegibilidade do candidato negar-lhe-á ou cancelar-lhe-á o registro, se já tiver sido feito, ou declarar-lhe-á nulo o diploma, se já expedido.
- b) A declaração de inelegibilidade do candidato a Prefeito Municipal não atingirá o candidato a Vice-Prefeito, assim como a deste não atingirá aquele.

c) O recurso contra a diplomação, interposto pelo representante, não impede a atuação do Ministério Público no mesmo sentido

d) Caberá a qualquer candidato, a partido político, coligação ou ao Ministério Público, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação do pedido de registro de candidatos, impugná-lo em petição fundamentada.

e) Tratando-se de registro a ser julgado originalmente por Tribunal Regional Eleitoral, observado o disposto na Lei Complementar n. 64/1990, o pedido de registro, com ou sem impugnação, será julgado em 3 (três) dias, independente de publicação em pauta.

97 (MPE-PB Órgão: MPE-PB Prova: Promotor de Justiça/2010) Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa que sobre elas contenha o devido julgamento:

I - De acordo com entendimento pacífico do Tribunal Superior Eleitoral, não se exige do militar da ativa a condição de elegibilidade referente à necessidade de filiação partidária há pelo menos um ano da data das eleições, bastando o pedido de registro de candidatura, após prévia escolha em convenção partidária.

II - A suspensão dos direitos políticos, decorrente de condenação criminal transitada em julgado, cessa com o cumprimento ou a extinção da pena, desde que o condenado se reabilite ou, em sendo o caso, comprove a reparação dos danos causados pelo ilícito penal.

III - A investigação judicial eleitoral julgada antes da eleição possui os efeitos de inelegibilidade e cassação do registro e, eventualmente, desde que fundamentado na captação ou gastos ilícitos de recursos para fins eleitorais, a negação do diploma.

a) Todas as assertivas estão corretas.

b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

c) Todas as assertivas estão erradas.

d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

e) Apenas a assertiva III está correta.

98 (MPE-PB Órgão: MPE-PB Prova: Promotor de Justiça/2010) Considere atentamente as proposições abaixo:

I - A emancipação civil não supre a idade mínima constitucionalmente exigida como condição de elegibilidade.

II - Se, em uma determinada eleição proporcional, nenhum dos partidos atingir o quociente eleitoral, seguir-se-á o sistema majoritário, devendo o número de cadeiras ser colmatado pelos candidatos mais votados.

III - Na ação declaratória de existência de justa causa, é possível que o partido político formule, em sede de contestação, pretensão de declaração de perda de mandato eletivo.

IV - Têm legitimidade para propor a Ação de Impugnação ao Pedido de Registro de Candidatura o pré-candidato, o eleitor, o partido político, a coligação e o Ministério Público.

V - Classifica-se de inelegibilidade cominada, secundária ou própria a restrição sancionatória aplicada em determinada eleição, em virtude da prática de fato com revestimento de ilicitude eleitoral.

A quantidade de proposições corretas é igual a:

- a) 0 b) 1 c) 2 d) 3 e) 4

99 (MPE-PB Órgão: MPE-PB Prova: Promotor de Justiça/2010) Considere as assertivas abaixo, assinalando, em seguida, a alternativa que sobre as mesmas contenha o devido julgamento:

I - Na hipótese em que não houver realizado campanha, fica desobrigado da prestação de contas à Justiça Eleitoral o candidato que renunciar à candidatura, dela desistir, for substituído ou tiver seu registro indeferido.

II - O militar alistável que contar com mais de dez anos de serviço será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da posse, para a inatividade.

III - O valor da multa paga em virtude de condenação por crime eleitoral é recolhido ao Fundo Partidário.

- a) Todas as assertivas são falsas. b) Não há assertiva falsa.
c) Apenas a assertiva II é falsa. d) Apenas as assertivas I e II são falsas.
e) Apenas a assertiva III é falsa.

100 (MPE-MG Órgão: MPE-MG Prova: Promotor de Justiça/2010) Analise as afirmativas abaixo.

I. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência (princípio da anualidade).

II. São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

III. Para concorrerem a outros cargos, faculta-se ao Presidente da República, aos Governadores de Estado e do Distrito Federal e aos Prefeitos, renunciar aos seus respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

IV. Não obstante a garantia da presunção de não culpabilidade, a norma inscrita no artigo 14, § 9º/CF autoriza restringir o direito fundamental à elegibilidade, em reverência aos postulados da moralidade e da probidade administrativas.

É INCORRETO o que se afirma

- a) apenas em I. b) apenas em I e II.
c) apenas em III. d) apenas em III e IV.

101 (FCC Órgão: TRE-RS Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2010) O conhecimento e decisão da arguição de inelegibilidade de candidato a Senador, a Governador de Estado e a Deputado Estadual, formulada perante a Justiça Eleitoral, será feita perante o Tribunal

- a) Regional Eleitoral do Estado correspondente.
b) Superior Eleitoral.

c) Superior Eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral do Estado correspondente e o Tribunal Regional Eleitoral do Estado correspondente, respectivamente.

d) Superior Eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral do Estado correspondente e o Juiz Eleitoral, respectivamente.

e) Regional Eleitoral do Estado correspondente, o Juiz Eleitoral e o Juiz Eleitoral, respectivamente.

102 (FCC Órgão: TRE-AL Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2010) O prazo para desincompatibilização de um professor efetivo da rede estadual de ensino que deseja candidatar-se a Deputado Estadual, é de

a) 30 dias. b) 3 meses. c) 4 meses. d) 5 meses. e) 6 meses.

103 (MPE-SC Órgão: MPE-SC Prova: Promotor de Justiça/2010)

I - A idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada tendo por referência a data da posse e não quando do pedido de registro da candidatura.

II - Para concorrer às eleições o candidato deve não só possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de, pelo menos, um ano antes do pleito, mas também estar filiado a partido político ao menos a um ano até o dia da eleição.

III - Ao eleitor também é preservada a legitimidade para promover a ação de impugnação de mandato eletivo, como interessado na preservação da lisura do certame eleitoral, no prazo de 15 dias a contar da diplomação.

IV - A propaganda partidária deve obedecer às mesmas regras estabelecidas para a propaganda eleitoral.

V - Nas eleições proporcionais contam-se como válidos os votos dados a candidatos regularmente inscritos, às legendas partidárias e os votos em branco para determinação do quociente eleitoral.

a) apenas I, II e III estão corretos.

b) apenas III, IV e V estão corretos.

c) apenas II, IV e V estão corretos.

d) apenas III e IV estão corretos.

e) apenas I e II estão corretos.

104 (FCC Órgão: TRE-AL Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2010) A respeito da investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político é INCORRETO afirmar:

a) Qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional.

b) O Corregedor-Geral ou Regional, que terá as mesmas atribuições do Relator em processos judiciais, indeferirá desde logo a inicial, quando não for o caso de representação ou lhe faltar algum requisito legal.

c) No caso do Corregedor-Geral ou Regional indeferir a representação, ou retardar-lhe a solução, poderá o interessado renová-la perante o Tribunal competente, que resolverá dentro de vinte e quatro horas.

d) Findo o prazo para defesa, serão ouvidas as testemunhas arroladas pelo representante e pelo representado até o máximo de seis para cada um, as quais comparecerão independentemente de intimação.

e) Terminado o prazo para as alegações finais, os autos serão conclusos ao Corregedor, que julgará a representação, declarando, no caso de procedência, a inelegibilidade do representado e quantos hajam contribuído para a prática do ato, cominando-lhes as sanções previstas em lei.

105 (FCC Órgão: TRE-AL Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2010) Para concorrer a cargo eletivo, o eleitor deverá estar filiado ao respectivo partido, pelo menos,

- a) no primeiro dia útil do ano em que se realizarem as eleições.
- b) seis meses antes da data fixada para as eleições majoritárias.
- c) um ano antes da data fixada para as eleições, majoritárias ou proporcionais.
- d) três meses antes da data fixada para as eleições proporcionais.
- e) até o dia da convenção para escolha de candidatos.

106 (FCC Órgão: TRE-AL Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2010) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os

- a) maiores de dezoito anos.
- b) funcionários da Justiça Eleitoral.
- c) candidatos a cargos eletivos nas eleições majoritárias.
- d) candidatos a cargos eletivos nas eleições proporcionais.
- e) analfabetos.

107 (FCC Órgão: TRE-AM Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2010) A respeito da obrigatoriedade do voto, é correto afirmar que

- a) o voto é facultativo para os maiores de 60 anos.
- b) o eleitor que deixar de votar em três eleições consecutivas terá sua inscrição cancelada.
- c) para o eleitor que se encontrar no exterior, o prazo para justificação é de 30 dias contados da data da eleição.
- d) os menores de 18 anos que deixarem de votar estarão sujeitos à multa.
- e) os estrangeiros não naturalizados brasileiros votarão em separado.

108 (FCC Órgão: TRE-AM Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2010) Numa blitz realizada quatro dias antes das eleições, foi parado um veículo ocupado por João, José, Pedro,

Paulo e Manuel. João estava em situação de flagrante delito; contra José havia mandado de prisão em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável; Pedro registrava condenação criminal por crime afiançável; contra Paulo, havia mandado de prisão preventiva; e Manuel registrava passagens anteriores pela polícia. A autoridade responsável pela operação poderá prender

- a) João e Manuel.
- b) José e Pedro.
- c) José, Pedro e Paulo.
- d) João e José.
- e) João e Paulo.

109 (FCC Órgão: TRE-AM Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2010) Paulo é Deputado Estadual pelo Estado do Amazonas e deseja candidatar-se a Deputado Federal. Nesse caso,

- a) não há necessidade de afastar-se suas funções.
- b) o prazo para desincompatibilização é de 6 meses.
- c) o prazo para desincompatibilização é de 4 meses.
- d) o prazo para desincompatibilização é de 3 meses, sem remuneração.
- e) o prazo para desincompatibilização é de 3 meses, garantida a percepção dos vencimentos integrais.

110 (CESPE Órgão: TRE-MT Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2010) Com relação às regras atinentes às condições de elegibilidade, assinale a opção correta.

- a) A legislação eleitoral estabelece regras para cassação, perda e suspensão dos direitos políticos, e, em qualquer dos casos, impõe ao cidadão punido a condição de inelegibilidade.
- b) A filiação partidária não é considerada condição de elegibilidade. Assim, se no ano eleitoral um candidato pedir a desfiliação do partido ao qual é filiado, poderá concorrer como candidato autônomo.
- c) Na legislação pátria, não há previsão de inelegibilidade por parentesco e, por isso, o cônjuge do prefeito pode candidatar-se a qualquer cargo, sem a necessidade de renúncia nos seis meses que antecedem ao pleito.
- d) A previsão legal de idade mínima para candidatar-se refere-se apenas aos cargos de presidente e vice-presidente da República, caso em que o candidato deve ter, no mínimo, 35 anos de idade.
- e) O brasileiro naturalizado pode candidatar-se ao Senado Federal, mas não poderá presidi-lo.

111 (CESPE Órgão: TRE-MT Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2010) Quanto às regras atinentes à captação de sufrágio, assinale a opção correta.

- a) A promessa de cargo ou emprego para depois do pleito, embora ilícita, não configura captação ilícita de sufrágio, por constituir bem imaterial.
- b) A doação de cestas básicas pelo candidato, durante o período eleitoral, não constitui captação ilícita de sufrágio, salvo se restar comprovado que o pedido de voto acompanhava a doação.
- c) A promessa do candidato, em diálogo com professores, de melhorias para a educação, constitui captação ilícita de sufrágio.

d) A oferta de bens ao eleitor, pelo candidato, não será considerada captação ilícita de sufrágio, se, juntamente com a oferta, o candidato convencer o eleitor a votar.

e) A representação contra as condutas que constituem a captação ilícita de sufrágio pode ser ajuizada até a data da diplomação.

112 (CESPE Órgão: TRE-MT Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2010) Considere que certa eleição municipal com dois concorrentes ao cargo de prefeito tenha terminado empatada, sendo que um dos candidatos teve seu registro indeferido pela justiça eleitoral, sob o argumento de que se encontrava inelegível em decorrência de ter suas contas reprovadas pelo tribunal de contas. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) A aferição das condições de elegibilidade e causas de inelegibilidade deve ser realizada até o dia da eleição.

b) Será necessariamente declarado eleito o candidato que teve o registro deferido, por ter sido o único que obteve votos válidos.

c) Para fins de aplicação do dispositivo previsto no Código Eleitoral, somam-se aos votos anulados em decorrência da prática de conduta vedada os votos nulos por manifestação apolítica de eleitores.

d) A reprovação de contas pelo tribunal de contas ou pelo Poder Legislativo necessariamente acarreta inelegibilidade e, por consequência, indeferimento do registro.

e) Caso o registro seja posteriormente deferido pela justiça eleitoral, deve ser declarado eleito o candidato mais idoso.

113 (CESPE Órgão: TRE-MT Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2010) Considerando a hipótese de que Maria, eleitora regularmente inscrita, completará 70 anos de idade no dia 10/10/2010 e sabendo que o primeiro turno da eleição ocorrerá no dia 3 de outubro e o segundo, se houver, ocorrerá no dia 31 do mesmo mês, assinale a opção correta quanto às obrigações e aos direitos eleitorais de Maria.

a) Maria será obrigada a votar tanto no primeiro quanto no segundo turno.

b) Maria não será obrigada a votar em nenhum turno.

c) Maria será obrigada a votar no primeiro turno, mas não no segundo.

d) Maria somente será obrigada a votar nos dois turnos se for alfabetizada.

e) Ao completar 70 anos de idade, o título eleitoral de Maria será cancelado.

114 (CESPE Órgão: TRE-BA Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2010) É matéria de competência do corregedor-geral e dos corregedores regionais eleitorais a realização de investigação jurisdicional para apurar transgressões pertinentes à origem de valores pecuniários e a abuso de poder econômico ou político, em detrimento da liberdade de voto.

a) Certo

b) Errado

115 (CESPE Órgão: TRE-BA Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2010) A justiça eleitoral deverá indeferir essa candidatura, pois a CF veda que pessoa detentora de cidadania estrangeira seja candidata a esse cargo eletivo, ainda que se trate de caso de dupla cidadania.

- a) Certo
- b) Errado

116 (CESPE Órgão: TRE-BA Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2010) Em caso de inelegibilidade de candidato por efeito da suspensão dos direitos políticos em razão de condenação criminal, a justiça eleitoral é competente para determinar a suspensão dos efeitos de decisão criminal transitada em julgado em virtude da superveniência de lei penal mais benéfica ao candidato.

- a) Certo
- b) Errado

117 (VUNESP Órgão: TJ-MT Prova: Juiz/2009) O sufrágio é um direito público subjetivo exercido por meio

- a) da eleição, do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular.
- b) do Tribunal Superior Eleitoral, dos Tribunais Regionais Eleitorais, das Juntas Eleitorais e dos Juízes Eleitorais.
- c) do alistamento eleitoral, do sistema eleitoral, do voto secreto e da representação proporcional ou majoritária.
- d) da propaganda eleitoral gratuita, do sistema eletrônico de votação e totalização de votos, da fiscalização das eleições e da prestação de contas.
- e) do ato de votar, da impugnação dos registros de candidaturas, da impugnação dos votos apurados e do recurso dos resultados do pleito.

118 (VUNESP Órgão: TJ-MT Prova: Juiz/2009) Servidor Público do Município de Cuiabá, aprovado em concurso público realizado em 1998, exerce o cargo efetivo de professor da rede pública municipal. Já possuindo filiação político-partidária, o servidor pretende candidatar-se a vereador no município de Santo Antônio do Leverger nas próximas eleições municipais. Para atender aos requisitos constitucionais e legais de elegibilidade, e, assim, poder concorrer ao pleito, o servidor deve

- a) exonerar-se do cargo, em razão da total incompatibilidade, 6 (seis) meses antes do pleito, podendo, no entanto, se não eleito, retornar ao cargo por reintegração.
- b) pedir licença do cargo, no mínimo 6 (seis) meses antes do pleito, com direito a recebimento de proventos integrais nesse período.
- c) exonerar-se do cargo, em razão da total incompatibilidade, 3 (três) meses antes do pleito, não podendo, mesmo se não eleito, retornar ao cargo que exercia.

d) pedir licença do cargo, no mínimo 3 (três) meses antes do pleito, com direito a recebimento de proventos integrais nesse período.

e) pedir licença do cargo, no mínimo 3 (três) meses antes do pleito, e, em sendo eleito, exonerar-se antes do ato de diplomação

119 (FCC Órgão: TJ-GO Prova: Juiz/2009) É de quatro meses o prazo para desincompatibilização, para candidatarem-se aos cargos de Presidente e Vice- Presidente da República, dentre outros, dos que

a) estejam exercendo as funções de membros dos Tribunais de Contas da União, dos Estados e do Distrito Federal, bem como a de Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal.

b) estejam exercendo os cargos de Presidente, Diretor e Superintendente de Autarquias e Empresas Públicas.

c) tiverem competência para aplicar multas relacionadas com as atividades de lançamento, arrecadação ou fiscalização de impostos, taxas e contribuições de caráter obrigatório.

d) estejam exercendo nos Estados ou no Distrito Federal cargo ou função de nomeação pelo Presidente da República, sujeito à aprovação prévia do Senado Federal.

e) estejam ocupando cargo ou função de direção, administração ou representação em entidades representativas de classe, mantidas com recursos arrecadados ou repassados pela Previdência Social.

120 (FCC Órgão: TJ-GO Prova: Juiz/2009) Sufrágio é o

a) comparecimento à seção de votação e assinatura da folha de votação, para a escolha de candidatos regularmente registrados em pleito eleitoral.

b) instrumento através do qual o cidadão manifesta sua vontade para escolha de governantes em um regime representativo.

c) direito público subjetivo de eleger, ser eleito e de participar da organização e da atividade do poder estatal.

d) documento oficial onde o cidadão assinala o nome de um candidato, manifestando sua vontade para escolha de governantes em um regime representativo.

e) ato de assinalar na urna eletrônica o nome de um candidato, manifestando sua vontade para escolha de governantes em um regime representativo.

121 (FCC Órgão: TJ-GO Prova: Juiz/2009) A partir da escolha de candidatos em convenção, é assegurado o direito de resposta a candidato, partido ou coligação atingidos, ainda que de forma indireta, por conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, difundidos por qualquer veículo de comunicação social. O ofendido, ou seu representante legal, poderá pedir o exercício do direito de resposta à Justiça Eleitoral, além de outras hipóteses legais, quando se tratar de horário eleitoral gratuito ou quando se tratar de órgão da imprensa escrita, no prazo, contado a partir da veiculação da ofensa, de

a) quarenta e oito horas e setenta e duas horas, respectivamente.

- b) vinte e quatro horas.
- c) vinte e quatro e setenta e duas horas, respectivamente.
- d) vinte e quatro e quarenta e oito horas, respectivamente.
- e) quarenta e oito horas.

122 (CESPE Órgão: TRE-PR Prova: Analista Judiciário - Análise de Sistemas/2009) Durante a votação na urna eletrônica, quando o eleitor digita o número do partido, aparecem na tela o nome, a fotografia do candidato e o nome do partido ou da legenda partidária.

- a) Certo
- b) Errado

123 (MS CONCURSOS Órgão: TRE-SC Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2009) Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

- I. Os inalistáveis e os analfabetos são inelegíveis para qualquer cargo.
- II. O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos poderão ser reeleitos para vários períodos subsequentes.
- III. Par a concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem se licenciar dos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- IV. São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou do Distrito Federal e de Prefeito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

- a) Todas as assertivas são verdadeiras.
- b) As assertivas número I e IV são verdadeiras.
- c) Somente a assertiva I é verdadeira.
- d) As assertivas de números II e III são verdadeiras.

124 (MS CONCURSOS Órgão: TRE-SC Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2009) Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

- I. O Tribunal Superior Eleitoral é composto por sete juízes: cinco eleitos, mediante voto secreto, sendo três dentre os ministros do Supremo Tribunal Federal e dois dentre os ministros do Superior Tribunal de Justiça; e dois nomeados pelo Presidente da República, dentre seis advogados, de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.
- II. Salvo disposições específicas em contrário, as reclamações ou representações relativas ao descumprimento da Lei nº 9.504/97, devem dirigir-se aos Juízes Eleitorais, nas eleições municipais; aos Tribunais Regionais Eleitorais, nas eleições federais, estaduais e distritais; ao Tribunal Superior Eleitoral, na eleição presidencial.
- III. Elegibilidade é o direito de o cidadão pleitear mandatos políticos desde que preenchidos requisitos constitucionais e legais. Em outras palavras, é o direito subjetivo público de ser votado e que corresponde à capacidade eleitoral passiva. Já a inelegibilidade é a ausência de aptidão para postular mandato político.

Em outras palavras, é o impedimento à capacidade eleitoral passiva, ou seja, da condição de ser candidato e, por consequência, de ser votado.

IV. As inelegibilidades podem decorrer diretamente da Constituição Federal ou de leis ordinárias.

- a) As assertivas número I e IV são verdadeiras.
- b) Todas as assertivas são verdadeiras.
- c) Somente as assertivas de números II e III são verdadeiras.
- d) As assertivas número I, II e III são verdadeiras.

125 (FCC Órgão: TRE-PI Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2009) A respeito das garantias eleitorais, é correto afirmar que

- a) os candidatos não poderão ser presos, salvo caso de flagrante delito, desde quinze dias antes das eleições.
- b) os partidos políticos não gozam de prioridade postal nos sessenta dias anteriores à votação, para remessa de material de propaganda de seus candidatos registrados.
- c) os membros das Mesas Receptoras não poderão ser detidos ou presos, salvo caso de flagrante delito, nos trinta dias anteriores à data da eleição.
- d) a força pública poderá policiar o interior do edifício em que funciona a Mesa Receptora, mas não poderá ingressar na cabine de votação.
- e) a denúncia ao Corregedor-Geral ou Regional de interferência do poder econômico e de desvio ou abuso de poder de autoridade, em desfavor da liberdade do voto, é prerrogativa exclusiva dos partidos políticos e dos candidatos.

126 (FCC Órgão: TRE-PI Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2009) Após às 17 horas do dia marcado para a eleição só poderão votar

- a) os eleitores que apresentarem documento que justifique o atraso.
- b) os eleitores que tenham recebido senha e entregue seu título ao Presidente da Mesa Receptora.
- c) os candidatos e os fiscais de partido político.
- d) as autoridades regularmente constituídas.
- e) os que apresentarem dificuldade de locomoção.

127 (FCC Órgão: TRE-PI Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2009) O eleitor que tiver perdido o título eleitoral

- a) somente poderá votar no Cartório Eleitoral correspondente ao seu domicílio.
- b) não poderá votar.

- c) poderá votar em qualquer Seção da circunscrição eleitoral.
- d) somente poderá votar no Tribunal Regional Eleitoral.
- e) será admitido a votar, desde que seja inscrito na Seção e conste da respectiva pasta a sua folha individual de votação.

128 (CESPE Órgão: TRE-MA Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2009) Josué teve os seus direitos políticos suspensos mediante decisão judicial. Posteriormente, sua condição foi alterada e ele pretendeu novo alistamento eleitoral.

Diante dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- a) A regularização da situação de Josué deve ser procedida, de ofício, pelo órgão judicial que decretou a perda.
- b) Caso se tratasse de perda de direitos políticos, e não de suspensão, competiria ao juiz eleitoral comunicar acerca da requalificação ou do restabelecimento dos direitos políticos do eleitor.
- c) Cabe ao Ministério da Justiça comunicar acerca da requalificação ou do restabelecimento dos direitos políticos de Josué.
- d) A sentença judicial presta-se para comprovar o restabelecimento dos direitos políticos de Josué.
- e) Caso Josué tivesse se recusado a prestar o serviço militar obrigatório, então seria vedada a requalificação de seus direitos políticos.

129 (CESPE Órgão: TRE-MA Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2009) O eleitor que não votar nem justificar a sua ausência não poderá

- a) ausentar-se do domicílio eleitoral sem autorização do juiz.
- b) obter empréstimo da Caixa Econômica Federal.
- c) receber tratamento em hospitais do Sistema Único de Saúde.
- d) ajuizar ações judiciais contra o Estado.
- e) receber recursos de precatórios judiciais.

130 (CESPE Órgão: PC-RN Prova: Escrivão de Polícia Civil/2009) Antônia é prefeita, Mauro é deputado federal e Lúcio é governador de estado. Todos estão no primeiro mandato, sem nunca ter ocupado qualquer cargo eletivo anteriormente.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta à luz da CF.

- a) Mauro poderá se reeleger para apenas um único período subsequente.
- b) Mesmo enquanto Antônia estiver ocupando o cargo atual, seu genro é considerado elegível.
- c) Enquanto Lúcio estiver ocupando o cargo atual, o sobrinho de sua esposa é considerado inelegível.

d) Nas eleições subsequentes, Mauro poderá candidatar-se ao cargo de governador de seu estado, sem a necessidade de renunciar ao cargo que ocupa.

e) Para que Antônia candidate-se ao cargo de governadora de seu estado, ela deverá renunciar ao seu mandato até seis meses antes da data prevista para a posse no novo cargo.

131 (CESPE Órgão: MPE-RN Prova: Promotor de Justiça/2009) A CF e as leis eleitorais brasileiras estabelecem a disciplina da nacionalidade do candidato, que pode ter particularidades conforme o cargo pretendido. A esse respeito, assinale a opção correta.

a) Um cidadão português que goze do estatuto da reciprocidade pode ser candidato a presidente da República.

b) Em qualquer caso, a dupla nacionalidade de um cidadão brasileiro impõe a inelegibilidade.

c) Brasileiro que se naturalizar alemão em virtude de imposição legal da Alemanha perde a capacidade eleitoral passiva.

d) Estrangeiro nacionalizado brasileiro somente pode ser candidato a cargos legislativos.

e) Cidadão brasileiro nascido no exterior e registrado no consulado do Brasil pode ser candidato a presidente da República.

132 (CESPE Órgão: MPE-RN Prova: Promotor de Justiça/2009) Pedro, com nove anos de serviço, é militar alistável e teve o seu nome aprovado em convenção partidária para ser candidato a deputado estadual. Nessa situação hipotética, Pedro

a) deve ser afastado do serviço militar.

b) deve ser agregado, podendo retornar ao serviço militar após a eleição.

c) perderá o cargo apenas se for eleito e empossado.

d) deve ser afastado temporariamente, podendo retornar ao cargo após o fim do mandato.

e) pode permanecer no serviço militar com todos os direitos.

133 (FMP-RS Órgão: MPE-MT Prova: Promotor de Justiça/2008) Sobre a inelegibilidade, é correto afirmar que

a) Lei Ordinária poderá estabelecer outros casos de inelegibilidade, que não aqueles expressamente previstos na Constituição Federal.

b) o militar, em qualquer situação, é elegível.

c) será inelegível, para o cargo de presidente da república, o filho de governador estadual.

d) será elegível, para o cargo de deputado federal, o filho de prefeito municipal.

e) são inelegíveis os analfabetos e brasileiros naturalizados.

134 (FGV Órgão: Senado Federal Prova: Advogado/2008) Determinado aspirante a vereador, com condenação criminal transitada em julgado, porém com pedido de revisão criminal em curso, é:

- a) elegível, ante a pendência da decisão na revisão criminal que visa à nulidade do julgamento.
- b) inelegível, pois há sentença condenatória que transitou em julgado.
- c) inalistável, visto que teve seus direitos políticos cassados com a condenação criminal.
- d) alistável e elegível, até que a revisão criminal transite em julgado.
- e) inalistável, porém elegível em função da propositura da revisão criminal.

135 (FGV Órgão: Senado Federal Prova: Advogado/2008) Sargento Silva, com mais de 10 anos de atividade na carreira, requereu afastamento a fim de candidatar-se ao cargo de deputado estadual. A licença lhe foi concedida com prejuízo do soldo, sendo-lhe subtraída a verba descrita como gratificação de tropa, que sempre lhe foi paga e que corresponde a 80% do valor percebido. Essa decisão:

- a) fere direito líquido e certo do sargento em receber o soldo integral.
- b) encontra respaldo no texto constitucional, visto que se trata de militar.
- c) é legal, visto que o militar agregado é considerado como licenciado para fins particulares.
- d) é ilegal, visto que o militar agregado tem os mesmos direitos que os civis, quando concorre em processo eleitoral.
- e) é válida, visto que a gratificação de tropa só deve ser paga para os militares na ativa.

136 (CONSULPLAN Órgão: TRE-RS Prova: Técnico Administrativo/2008) São privativos de brasileiro nato os seguintes cargos, EXCETO:

- a) Presidente e Vice-Presidente da República.
- b) Ministro das Relações Exteriores.
- c) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- d) Oficial das Forças Armadas.
- e) Presidente da Câmara dos Deputados.

137 (CONSULPLAN Órgão: TRE-RS Prova: Técnico Administrativo/2008) NÃO é uma condição de elegibilidade a idade mínima de:

- a) Dezoito anos para vereador.
- b) Trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal.
- c) Trinta e cinco anos para Senador.
- d) Vinte e um anos para juiz de paz.

e) Trinta anos para Deputado Federal.

138 (CONSULPLAN Órgão: TRE-RS Prova: Técnico Administrativo/2008) Marque a alternativa INCORRETA:

a) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o serviço militar obrigatório, os conscritos.

b) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil a lei que alterar o processo eleitoral só poderá entrar em vigor após um ano de sua publicação.

c) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

d) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

e) São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

139 (FCC Órgão: MPE-PE Prova: Promotor de Justiça/2008) A respeito da inelegibilidade, considere:

I. É de 6 meses o prazo para desincompatibilização para candidatarem-se Presidente da República dos que tenham ocupado cargo ou função de direção em entidades representativas de classe, mantidas parcialmente por contribuições impostas pelo poder público.

II. É de 6 meses o prazo para desincompatibilização para candidatarem-se Presidente da República dos membros do Tribunal de Contas da União.

III. É de 4 meses o prazo para desincompatibilização para candidatarem-se Presidente da República dos que tenham exercido em qualquer dos poderes da União, cargo ou função de nomeação do Presidente da República, sujeito à aprovação prévia do Senado Federal.

IV. É de 3 meses o prazo para desincompatibilização para candidatarem-se Presidente da República dos servidores públicos, estatutários ou não, dos órgãos ou entidades da administração direta ou indireta da União.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

a) I e III.

b) I e IV.

c) II e IV.

d) I, II e III.

e) II, III e IV.

140 (CESPE Órgão: MPE-RR Prova: Promotor de Justiça/2008) Aquele que quiser candidatar-se a vereador, mas que tenha maus antecedentes e tenha sido acusado de corrupção ou outros ilícitos só poderá ser candidato se o registro da candidatura não for questionado.

a) Certo

b) Errado

141 (CESPE Órgão: MPE-RR Prova: Promotor de Justiça/2008) No caso de improbidade administrativa, a abertura da competente investigação pelo Ministério Público importa inelegibilidade.

- a) Certo
- b) Errado

142 (CESPE Órgão: MPE-RR Prova: Promotor de Justiça/2008) Ainda que seja notório o envolvimento do acusado com práticas delituosas e haja a reiteração de denúncias na mídia, somente se imporá inelegibilidade após a instauração do respectivo inquérito policial.

- a) Certo
- b) Errado

143 (FGV Órgão: TJ-MS Prova: Juiz/2008) Com relação aos analfabetos, é incorreto afirmar que:

- a) a condição de semianalfabeto, em que o interessado apenas assina e lê o nome, torna o candidato inelegível.
- b) é legítima a diligência judicial que, de ofício, busca apurar a condição de alfabetizado do candidato.
- c) o exercício de função pública não afasta a inelegibilidade do candidato analfabeto.
- d) é válida a aplicação de teste sumário para aferir o requisito de alfabetização do candidato.
- e) o artigo 14, § 4º, da CF consagra presunção juris et de jure de incapacidade para o exercício do mandato.

144 (FGV Órgão: TJ-MS Prova: Juiz/2008) Analise as afirmativas a seguir:

- I. O princípio da imediatividade do sufrágio é característica do sistema eleitoral brasileiro.
- II. O sufrágio é universal, direito público subjetivo, que cabe a todos os nacionais, sem restrições.
- III. No sistema brasileiro inexistente exceção à regra do voto direto.
- IV. O requisito de idade mínima, como condição de elegibilidade, deve estar preenchido na data do certame e não na do registro.
- V. É cabível a oponibilidade de inelegibilidade de ordem constitucional até no momento da diplomação.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, III e V.
- b) I, II, IV.
- c) I, IV e V.
- d) II, III e IV
- e) III, IV e V.

145 (CESPE Órgão: MPE-AM Prova: Promotor de Justiça/2007) Conforme a Constituição da República, o instituto da inelegibilidade destina-se a proteger a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato — em razão da qual se considera a vida pregressa do candidato — e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício da função, cargo ou emprego da administração direta ou indireta. Considerando os princípios constitucionais e a Lei de Inelegibilidade — Lei Complementar n.º 64/1990 —, assinale a opção correta.

- a) Ocupante do cargo de governador de estado é obrigado a renunciar ao mandato para candidatar-se a deputado federal.
- b) Ocupante do cargo de governador de estado é obrigado a se licenciar do mandato para candidatar-se a deputado federal.
- c) Cidadão analfabeto pode ser candidato a vereador, mas não, a prefeito.
- d) Pessoa submetida a processo em que é acusada da prática de crime hediondo somente pode candidatar-se após o trânsito em julgado.
- e) Irmão de governador de estado pode ser candidato em qualquer eleição, desde que já seja ocupante de algum cargo eletivo.

146 (CESPE Órgão: DPU Prova: Defensor Público/2007) É requisito de elegibilidade o domicílio eleitoral no local da eleição por no mínimo dois anos.

- a) Certo
- b) Errado

147 (FCC Órgão: TRE-SE Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2007) João é professor efetivo do Estado e Paulo é servidor de fundação mantida pelo Poder Público. Ambos desejam candidatar-se a Deputado Estadual. Para tanto, deverão afastar-se de seus cargos até

- a) 3 meses anteriores ao pleito.
- b) 4 meses anteriores ao pleito.
- c) 6 meses anteriores ao pleito.
- d) 3 meses e 4 meses anteriores ao pleito, respectivamente.
- e) 6 meses e 3 meses anteriores ao pleito, respectivamente.

148 (FCC Órgão: TRE-SE Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2007) A respeito das garantias eleitorais, considere:

- I. Os membros das Mesas Receptoras e os fiscais de partido, durante o exercício de suas funções, não poderão ser detidos ou presos, salvo no caso de flagrante delito.
- II. O eleitor não é parte legítima para pedir a abertura de investigação para apurar uso indevido do poder econômico, desvio ou abuso do poder de autoridade, em benefício de candidato ou de partido político.

III. Aos partidos políticos é assegurada a prioridade postal durante os 60 (sessenta) dias anteriores à realização das eleições, para remessa de material de propaganda de seus candidatos registrados.

É correto o que se afirma APENAS em

- a) I. b) III. c) I e II. d) I e III. e) II e III.

149 (FCC Órgão: TRE-PB Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2007) É de 4 meses o prazo de desincompatibilização, para candidatarem-se ao Senado Federal, dentre outros, dos que estiverem exercendo cargo de

- a) direção em entidade representativa de classe mantida parcialmente por contribuições impostas pelo poder público.
- b) Secretário de Estado, Prefeito Municipal e Diretor- Geral do Departamento de Polícia Federal.
- c) Diretor de Autarquia, Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista e Fundações Públicas.
- d) Chefe de órgão de assessoramento direto, civil e militar da Presidência da República.
- e) Advogado-Geral da União, Chefe do Estado-Maior da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

150 (FCC Órgão: TRE-MS Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2007) Antônio é Prefeito Municipal de uma cidade do interior do Estado . Seu filho adotivo, Jonas não é titular de mandato eletivo, mas pretende candidatar-se ao cargo de Vereador. Nesse caso, Jonas

- a) não pode em nenhuma situação ser candidato a Vereador, ainda que Antônio renuncie o mandato de Prefeito.
- b) pode ser candidato a Vereador, porque se trata de outra eleição, diferente daquela em que Antônio se elegeu Prefeito Municipal.
- c) pode ser candidato a Vereador, porque o impedimento legal não alcança os filhos adotivos do Prefeito Municipal.
- d) só pode ser candidato a Vereador se Antônio renunciar o mandato de Prefeito Municipal até 6 meses antes do pleito.
- e) pode ser candidato a Vereador, posto que o impedimento decorrente da condição de descendente não se aplica às eleições municipais.

151 (CESPE Órgão: TRE-PA Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2007) De acordo com as disposições legais e constitucionais vigentes, assinale a opção incorreta.

- a) O Código Eleitoral contém normas destinadas a assegurar a organização e o exercício de direitos políticos; precipuamente, os de votar e ser votado.
- b) Diversamente do que ocorre com as leis em geral, compete ao TSE expedir instruções para a fiel execução do Código Eleitoral e das demais normas eleitorais.
- c) Todo o poder emana do povo, que o exerce ou por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição Federal; os mandatários são escolhidos, direta e secretamente, entre candidatos

indicados por partidos políticos nacionais, ressalvada a eleição indireta nos casos previstos na Constituição e em leis específicas.

d) Entre os que não podem alistar-se como eleitores, estão os analfabetos.

e) Qualquer cidadão pode pretender investidura em cargo eletivo, respeitadas as condições constitucionais e legais de elegibilidade e incompatibilidade.

152 CESPE Órgão: TSE Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2007) Por trabalhar em empresa multinacional, Neide foi convocada para desempenhar suas funções e residir em Portugal. Em razão disso, o Estado português outorgou a ela o gozo de direitos políticos naquele país.

Tendo como motivação inicial a situação apresentada, assinale a opção correta acerca das normas da Resolução do TSE n.º 21.538/2003.

a) A outorga a Neide de gozo de direitos políticos em Portugal implica a perda de seus direitos políticos no Brasil.

b) A autoridade judiciária eleitoral que tomar conhecimento da outorga de direitos políticos a Neide em Portugal deverá requerer a imediata instauração de processo administrativo contra esta, para apurar eventual irregularidade.

c) O TSE deverá ser comunicado da outorga dos direitos políticos a Neide em Portugal.

d) Para que Neide possa regularizar sua situação eleitoral no Brasil, quando decidir restabelecer seu domicílio neste país, deverá comprovar a cessação do impedimento, mediante ação judicial proposta para esse fim específico.

153 (CESPE Órgão: TSE Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2007) Em certo domingo de eleição, Hilário se encontrava na África. No ano seguinte, retornou ao Brasil no dia 20 de janeiro e até o dia 3 de julho ainda não havia apresentado justificação do não-comparecimento à eleição.

Tomando como motivação inicial a situação apresentada, assinale a opção correta acerca das disposições da Resolução do TSE n.º 21.538/2003.

a) Hilário deveria ter apresentado a justificação do não comparecimento à eleição até o dia 19 de fevereiro do ano em que retornou ao Brasil.

b) Eventual pedido de Hilário, de justificação do não comparecimento à eleição, deverá ser endereçado ao presidente do TSE.

c) O indeferimento do pedido de justificação de Hilário é passível de recurso e, nesse caso, a justiça eleitoral não poderá aplicar qualquer penalidade ao eleitor faltoso.

d) Será cancelada a inscrição de Hilário se ele se abster de votar em duas eleições consecutivas sem apresentar justificativa nos termos da lei.

154 (CESPE Órgão: TSE Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2007) Dois amigos, Cirilo e Carl, decidiram candidatar-se a cargos eletivos. Cirilo encontra-se conscrito, durante período militar obrigatório, e Carl é norte-americano domiciliado no Brasil. Acerca dessa situação

hipotética e do conceito de cidadania, assinale a opção correta com base nos princípios constitucionais relativos aos direitos políticos.

- a) O voto de Cirilo é facultativo, mas o de Carl é obrigatório.
- b) Cirilo não poderá candidatar-se a cargo eletivo.
- c) Carl somente poderá candidatar-se a cargo eletivo se for domiciliado no Brasil há mais de quinze anos.
- d) Cidadania é o vínculo jurídico-político que liga um indivíduo a um determinado Estado.

155 (CESPE Órgão: TSE Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2007) Constitui hipótese de suspensão dos direitos políticos o(a)

- I cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado.
- II superveniente incapacidade civil absoluta.
- III perda da nacionalidade brasileira em razão da aquisição de outra.
- IV condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem os efeitos da condenação.

A quantidade de itens certos é igual a

- a) 1.
- b) 2.
- c) 3.
- d) 4.

156 (CESPE Órgão: TSE Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2007) Aníbal afastou-se definitivamente do cargo de delegado de polícia, nos três meses anteriores ao pleito eleitoral, para concorrer ao cargo de vice-prefeito em certo município mineiro onde exercia suas atividades. Breno, membro do Ministério Público, que há cerca de cinco anos integrou diretório de partido político, decidiu impugnar o registro da candidatura de Aníbal. Considerando essa situação hipotética e com base na disciplina normativa da Lei Complementar n.º 64/1990, assinale a opção correta.

- a) Qualquer cidadão, no gozo de seus direitos políticos, poderá dar notícia de inelegibilidade, mediante petição fundamentada, sobre a qual decidirá o juiz eleitoral competente.
- b) Para candidatar-se ao cargo eletivo, Aníbal deveria ter-se afastado do cargo de delegado de polícia nos seis meses anteriores ao pleito eleitoral.
- c) Compete ao TRE-MG conhecer e decidir eventual arguição de inelegibilidade contra o registro da candidatura de Aníbal.
- d) Breno encontra-se impedido de impugnar o registro da candidatura de Aníbal.

157 (FCC Órgão: TRE-SP Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2006) O analfabeto

- a) pode ser eleito para as Assembleias Legislativas.
- b) pode ser eleito para a Câmara dos Deputados.
- c) só pode alistar-se se souber ao menos assinar o nome.

- d) pode ser eleito Prefeito Municipal
- e) é inelegível para qualquer cargo eletivo.

158 (FCC Órgão: TRE-SP Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2006) Petrus, professor efetivo da rede estadual de ensino, e Paulus, diretor de entidade representativa de classe mantida parcialmente com contribuições impostas pelo Poder Público, pretendem candidatar-se a Deputado Estadual. Tício, Delegado de Polícia pretende candidatar-se a Prefeito do Município onde exerce suas funções. Petrus, Paulus e Tício devem afastar-se de seus cargos, respectivamente, até

- a) 3 meses antes das eleições.
- b) 6 meses, 4 meses e 3 meses antes das eleições.
- c) 3 meses, 4 meses e 4 meses antes das eleições.
- d) 3 meses, 3 meses e 4 meses antes das eleições.
- e) 4 meses, 6 meses e 3 meses antes das eleições.

159 (FCC Órgão: TRE-AP Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2006) A impugnação de registro ao cargo de Senador poderá ser feita

- a) por qualquer candidato, partido político, coligação, ou pelo Ministério Público, em petição fundamentada, no prazo de 5 dias contados da publicação do pedido de registro, perante o Tribunal Regional Eleitoral competente.
- b) por qualquer candidato, partido político, coligação, ou pelo Ministério Público, em petição fundamentada, no prazo de 5 dias contados da publicação do pedido de registro, perante o Tribunal Regional Eleitoral.
- c) por qualquer candidato, partido político, coligação, ou pelo Ministério Público, em petição fundamentada, no prazo de 5 dias contados da publicação do pedido de registro, perante o Tribunal Superior Eleitoral.
- d) apenas pelo Ministério Público Eleitoral, em petição fundamentada, no prazo de 5 dias contados da publicação do pedido de registro, perante o Tribunal Regional Eleitoral competente.
- e) apenas pelos candidatos, partidos políticos e coligações, em petição fundamentada, no prazo de 3 dias contados da publicação do pedido de registro, perante o Tribunal Superior Eleitoral.

160 (FCC Órgão: TRE-AP Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2006) É de 4 meses o prazo de desincompatibilização para candidatar-se ao cargo de Prefeito Municipal de quem é

- a) proprietário de emissora radiofônica.
- b) auditor de finanças públicas.
- c) diretor e vice-diretor de escola pública.
- d) presidente de partido político.

e) assessor especial de Ministro.

161 (CESPE Órgão: TRE-MA Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2005) Julgue os próximos itens, relativos às eleições e à celebração de coligações.

I É facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária, proporcional, ou para ambas, podendo, neste último caso, formar-se mais de uma coligação para a eleição proporcional entre os partidos que integram a coligação para o pleito majoritário.

II Os partidos integrantes da coligação devem designar dois delegados para tratar dos interesses e representar a coligação, no que se refere ao processo eleitoral.

III As eleições para presidente e vice-presidente da República, governador e vice-governador de estado e do DF, prefeito e vice-prefeito, senador, deputado federal, deputado estadual, deputado distrital e vereador ocorrem, simultaneamente, em todo o país, no primeiro domingo de outubro do ano respectivo.

IV Na propaganda para eleições majoritária e proporcional, a coligação deve usar, obrigatoriamente, sob sua denominação, as legendas de todos os partidos que a integram.

V Uma coligação deve ter denominação própria, que pode ser a junção de todas as siglas dos partidos que a integram, sendo a ela atribuídas as prerrogativas e obrigações de partido político, no que se refere ao processo eleitoral, e devendo ela funcionar como um só partido no relacionamento com a justiça eleitoral e no trato dos interesses interpartidários.

Estão certos apenas os itens

a) I e III.

b) I e V.

c) II e IV.

d) II e V.

e) III e IV.

162 (CESPE Órgão: TRE-PA Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2005) Quanto às condições de elegibilidade e de inelegibilidade, assinale a opção correta.

a) A idade mínima de 30 anos é uma das condições de elegibilidade para deputado federal, deputado estadual ou distrital, governador e vice-governador de estado e do Distrito Federal.

b) O militar com menos de 10 anos de serviço alistável é elegível, mas, por ocasião do registro de sua candidatura, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

c) É inelegível para qualquer cargo, nas eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foi eleito e nos 8 anos subsequentes ao término da legislatura, a pessoa que haja perdido o mandato por patrocinar, após a sua posse como senador, causa em que era interessada empresa concessionária de serviço público.

d) O cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins (até o segundo grau ou por adoção) de titulares de cargos eletivos, ou de quem os haja substituído dentro dos 6 meses anteriores ao pleito, são inelegíveis no território de jurisdição do titular, salvo se já titulares de mandato eletivo e candidatos a reeleição.

e) Casos de inelegibilidade não-previstos na Constituição da República e os prazos de sua cessação podem ser estabelecidos por norma infra legal, desde que com o objetivo de proteger a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

163 (FCC Órgão: TRE-RN Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2005) A respeito das garantias eleitorais, é correto afirmar que

- a) apenas os candidatos e partidos políticos têm legitimidade para denunciar interferência do poder econômico ou abuso do poder de autoridade, em desfavor da liberdade do voto.
- b) a pessoa presa, em qualquer hipótese, será recolhida ao cárcere e a prisão será comunicada ao juiz dentro de 24 horas, para verificação da legalidade do ato.
- c) os membros das mesas receptoras e os fiscais de partido, durante o exercício de suas funções, não poderão ser detidos ou presos, salvo caso de flagrante delito.
- d) deverá permanecer um policial federal, durante o ato eleitoral, no interior de cada Seção Eleitoral, para garantir a liberdade do exercício do direito de votar.
- e) a tropa da Força Pública do Estado, durante o ato eleitoral, deverá permanecer nas imediações dos edifícios em que funcionarem as mesas receptoras, para poder intervir em qualquer situação de emergência.

164 (FAPEU Órgão: TRE-SC Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2005) Analise com atenção as alternativas, assinalando a INCORRETA.

- a) A democracia representativa contemporânea funciona pela escolha periódica de representantes, efetuada pelo conjunto do eleitorado, obedecido o princípio da maioria, para que os escolhidos deliberem sobre os interesses comuns.
- b) O direito de votar e ser votado deflui do princípio, constitucionalmente assegurado, de apresentar-se o cidadão como candidato a cargo eletivo e participar da escolha dos representantes populares.
- c) No sistema eleitoral brasileiro o voto é obrigatório para os brasileiros de um e outro sexo, sendo que os eleitores facultativos que não o exercerem (aqueles entre 16 e 18 anos), incidem nas penalidades previstas, inclusive em multa eleitoral.
- d) Em face da representação proporcional admitida em nosso sistema eleitoral, fica facultado a 2 (dois) ou mais partidos coligarem-se para o registro de candidatos comuns a Deputado Federal, Deputado Estadual e Vereador.

165 (PGR Órgão: PGR Prova: Procurador da República/2005) Na hipótese de inelegibilidade por rejeição de contas por irregularidade insanável após decisão irrecurável pelo órgão competente:

- I. A Câmara Municipal é que tem competência para julgar as contas de . . Prefeito Municipal, após a emissão de , . parecer prévio pelo Tribunal de Contas do Estado ou, onde houver, pelo Tribunal ou Conselho de Contas do Município.
- II. Em sendo o caso de rejeição das contas do Prefeito, o parecer prévio apresentado pela Corte de Contas somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 dos Membros da Câmara Municipal,
- III Em se tratando de convênio celebrado entre a União e a Prefeitura Municipal, o órgão competente para decidir sobre as contas do Prefeito relativas à aplicação da verba federal é unicamente o Tribunal de Contas da União.

Para que alguém, entre nós, possa concorrer a uma função eletiva, é necessário que preencha certos requisitos legais, denominados condições de elegibilidade, e que não incida em nenhuma das inelegibilidades que precisamente constituem impedimento à capacidade eleitoral passiva. As condições de elegibilidade e as inelegibilidades variam em razão da natureza ou do tipo de mandato pretendido.

José Afonso da Silva. *Curso de direito constitucional positivo*.
14.ª ed. São Paulo: Malheiros, 1997, p. 350 (com adaptações).

Considerando o texto acima e com base nas disposições constitucionais e legais sobre elegibilidade e inelegibilidade, assinale a opção incorreta.

- a) Deputado estadual irmão de governador em exercício não pode ser candidato ao Senado Federal pelo mesmo estado.
- b) O vice-prefeito pode candidatar-se a prefeito, ainda que tenha, em qualquer período do mandato, substituído o titular, desde que provisoriamente.
- c) A argüição de inelegibilidade de candidato a senador deve ser feita perante o Tribunal Regional Eleitoral.
- d) Para candidatar-se ao cargo de governador, o chefe do Gabinete Civil deve afastar-se do cargo seis meses antes do pleito.
- e) Diretor do Banco Central pode candidatar-se a deputado federal caso se afaste do cargo seis meses antes do pleito.

169 (CESPE Órgão: TRE-AL Prova: Técnico Judiciário – Telefonia/2004) Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Marcos é um político que goza de bastante popularidade em dois municípios diferentes de Alagoas. Nessa situação, nas eleições municipais de 2004, será lícito que Marcos se candidate a vereador nos dois municípios. No entanto, caso seja eleito em ambos, ele somente poderá assumir um dos cargos de vereador.

- a) Certo
- b) Errado

170 (CESPE Órgão: TRE-AL Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2004) Em cada um dos itens seguintes, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Moacir é analfabeto e tem vinte anos de idade. Nessa situação, é vedado a Moacir eleger-se vereador na cidade onde mora.

- a) Certo
- b) Errado

171 (FCC Órgão: TRE-PE Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2004) Considere as afirmações abaixo.

I. Os candidatos não poderão ser detidos ou presos desde 15 dias antes das eleições, salvo o caso de flagrante delito.

II. A Força Pública permanecerá no interior do local de votação para policiamento e retirada de quem estiver praticando ato atentatório à liberdade eleitoral.

III. Se o eleitor não souber utilizar a urna eletrônica, o Presidente da Mesa poderá digitar os números dos candidatos por ele indicados.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II.
- e) II e III.

172 (FCC Órgão: TRE-AM Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2003) Dentre as condições de elegibilidade NÃO se inclui

- a) o domicílio eleitoral na circunscrição.
- b) o alistamento eleitoral.
- c) o pleno exercício dos direitos políticos.
- d) a idade máxima de 70 anos.
- e) a filiação partidária a pelo menos um ano antes do pleito.

173 (FCC Órgão: TRE-AM Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2003) Os analfabetos são inelegíveis

- a) para qualquer cargo eletivo.
- b) apenas para Presidente e Vice-Presidente da República.
- c) para Governador e Vice-Governador de Estado, entre outros.
- d) para Senador e Deputado Federal, entre outros.
- e) para Deputado Estadual, Prefeito e Vice-Prefeito, entre outros

174 (FCC Órgão: TRE-AM Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2003) A respeito das garantias eleitorais,

- a) apenas os candidatos têm legitimidade para denunciar responsáveis por abuso de poder de autoridade em desfavor da liberdade do voto.
- b) o Ministério Público Eleitoral poderá expedir salvo conduto em favor do eleitor que sofrer violência física ou moral.
- c) ocorrendo qualquer prisão, o preso ficará em cela especial e o fato será comunicado ao Juiz competente após o encerramento da votação.
- d) os candidatos não poderão ser detidos ou presos, salvo caso de flagrante delito, desde 15 dias antes das eleições.
- e) a prioridade postal dos Partidos Políticos será excluída durante os 60 dias anteriores à realização das eleições.

175 (FCC Órgão: TRE-AC Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2003) Mauro e Luiz são Presidentes de Autarquias. Mauro pretende candidatar-se a Deputado Federal e Luiz a Governador do Estado. Mauro e Luiz estão sujeitos ao prazo de desincompatibilização de

- a) 6 meses e 4 meses, respectivamente.
- b) 6 meses.
- c) 4 meses.
- d) 3 meses.
- e) 3 meses e 6 meses, respectivamente.

176 (FCC Órgão: TRE-AC Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2003) Pedro é brasileiro nato. Estuda em Faculdade de Direito e é presidente do respectivo Diretório Acadêmico. Tem 19 anos e está em pleno gozo de seus direitos políticos. Possui alistamento eleitoral regular, é filiado a Partido Político e tem domicílio na circunscrição. O cargo eletivo mais elevado a que Pedro pode candidatar-se é o de

- a) Deputado Estadual
- b) Deputado Federal.
- c) Vereador.
- d) Senador.
- e) Presidente da República.

177 (FCC Órgão: TRE-AC Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2003) O filho do Presidente da Câmara Municipal

- a) pode candidatar-se a Prefeito desse Município, sem qualquer restrição.
- b) só pode candidatar-se a Prefeito desse Município se seu pai não tiver substituído ou sucedido o atual Prefeito eleito para o presente mandato.
- c) não pode candidatar-se a Prefeito pois a Constituição Federal impede a formação de oligarquia familiar no Governo do Município.

- d) só pode candidatar-se a Prefeito desse Município se não pertencer ao mesmo Partido Político do pai.
- e) só pode candidatar-se a Prefeito desse Município se seu pai afastar-se do cargo até 6 meses antes do pleito.

178 (FCC Órgão: TRE-BA Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2003) A idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada por ocasião do pedido de registro de candidatura, tendo por referência a data

- a) da convenção partidária que indicou o candidato.
- b) em que o pedido de registro foi protocolado.
- c) do pleito eleitoral.
- d) da posse.
- e) do último dia de prazo para registro de candidatura.

179 (FCC Órgão: TRE-BA Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2003) Maria é delegada de polícia da capital do Estado e Joana é servidora pública estadual, exercendo o cargo de médica. Para se candidatarem à Assembleia Legislativa devem afastar-se de seus cargos no prazo de até

- a) 6 meses e 3 meses antes do pleito, respectivamente.
- b) 4 meses antes do pleito.
- c) 4 meses e 6 meses antes do pleito, respectivamente.
- d) 4 meses e 3 meses antes do pleito, respectivamente.
- e) 3 meses antes do pleito.

180 (FCC Órgão: TRE-BA Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2003) Joaquim, brasileiro nato, com 19 anos de idade, em pleno exercício de seus direitos políticos, é filiado a partido político e alistado eleitoralmente. O cargo mais elevado ao qual poderá concorrer como candidato é o de

- a) Senador.
- b) Presidente da República.
- c) Vereador.
- d) Deputado Federal.
- e) Deputado Estadual.

181 (FCC Órgão: TRE-CE Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2002) Dentre as garantias eleitorais, asseguradas pelo legislador, pode-se registrar

- a) a proibição de embaraçar o exercício do sufrágio pelos adolescentes que completaram 16 anos na data do pleito.

- b) a competência do Presidente de Mesa Receptora de expedir salvo-conduto em favor de eleitor que sofrer violência na sua liberdade de votar.
- c) o sigilo do voto, mediante o isolamento do eleitor que deverá permanecer sozinho na respectiva seção até a urna eletrônica contabilizar o seu voto.
- d) vedação de prisão ou detenção de eleitor, salvo em flagrante delito, no período compreendido entre sete dias antes do pleito e quarenta e oito horas depois do encerramento da eleição.
- e) a imposição de presença de força pública nos edifícios de funcionamento de Mesas Receptoras.

182 (FCC Órgão: MPE-PE Prova: Promotor de Justiça/2002) Muitas são as condições de elegibilidade que devem ser preenchidas para a participação política ativa e passiva. Rinaldo é oficial da Polícia Militar do Estado e conta mais de dez anos de serviço. Resolveu ser candidato a Deputado Estadual. Nesse caso, ele é

- a) elegível e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.
- b) inelegível, porque os policiais militares estaduais são inalistáveis.
- c) elegível e, se eleito, deverá permanecer afastado de suas funções até o término do mandato.
- d) inelegível, visto que o militar só pode ser candidato a cargo eletivo após vinte anos de serviço.
- e) elegível e só será afastado de suas funções se o requerer e não houver compatibilidade de horários.

183 (FCC Órgão: TRE-PI Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2002) A circunscrição eleitoral, nas eleições

- a) federais, é o País.
- b) municipais, é o Município.
- c) estaduais, é cada Município do Estado.
- d) presidenciais, é cada Estado do País.
- e) presidenciais e federais, é o País.

184 (FCC Órgão: TRE-PI Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2002) O sigilo do voto é assegurado, dentre outros requisitos,

- a) pela requisição de força armada para garantia do pleito.
- b) pela indicação de mesários pelos partidos políticos.
- c) pelos fiscais e delegados dos partidos políticos junto às seções de votação.
- d) pelo isolamento do eleitor em cabine indevassável.
- e) por uma imprensa vigilante, livre e democrática.